



2024

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

"É A EDUCAÇÃO QUE FAZ O FUTURO
PARECER UM LUGAR DE ESPERANÇA E
TRANSFORMAÇÃO".

MARIANNA MORENO



SUMÁRIO

1. Identificação	04
2. Apresentação	05
3. Histórico da Unidade Escolar	07
4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar	08
5. Função Social da Escola	14
6. Missão da Unidade escolar	14
7. Princípios Orientadores da Prática Educativa	15
8. Metas da Unidade Escolar	23
9. Objetivos	24
• Objetivo Geral	25
• Objetivos Específicos	25
10. Fundamentos Teóricos-metodológicos que fundamentam a Prática Educativa	26
11. Organização Curricular da Unidade Escolar	27
12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar	32
• Ciclos / Séries / Semestres	32
• Relação Escola Comunidade	34
• Metodologias de Ensino Adotadas	34
• Equipe de Professores	34
13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar	35
14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar	40
15. Avaliação dos Processos de Ensino e de Aprendizagem: Concepções e Práticas	41
• Avaliação para aprendizagens	42
• Avaliação em Larga Escala	42
• Avaliação Institucional da Unidade Escolar	42
• Conselho de Classe	42
16. Papéis e Atuação	43
• Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)	43



• Orientação Educacional (OE)	43
• Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/ SR)	43
• Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário e Jovem Candango	43
• Conselho escolar	44
• Coordenação Pedagógica	45
• Papel e atuação do Coordenador Pedagógica	45
• Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica	46
• Valorização e formação continuada dos profissionais	47
• Organização do Trabalho Administrativo da Unidade Escolar	47
17. Estratégias específicas	49
• Redução do abandono, evasão e reprovação	49
• Recomposição das aprendizagens	49
• Desenvolvimento da Cultura da Paz	50
• Qualificação da transição escolar	50
18. Processo de Implementação do PPP	51
• Gestão Pedagógica	51
• Gestão de Resultados Educacionais	51
• Gestão Participativa	52
• Gestão de Pessoas	53
• Gestão Financeira	54
• Gestão Administrativa	55
19. Processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Implementação do PPP	55
20. Referências Bibliográficas	57
21. Apêndices	59
1.1 Projetos específicos da unidade escolar	59
1.2 Implementação do Atendimento aos estudantes com deficiências e/ ou TEA, matriculados na Classe Especial	64



1. Identificação

Nome da Unidade Escolar / Instituição Educacional	ESCOLA CLASSE 831 DE SAMAMBAIA NORTE
Coordenação Regional de Ensino	SAMAMBAIA
Endereço	QR 831 s/n Lote 01 - Samambaia Norte, Brasília - DF, CEP: 72338-711.
Telefone	3318 - 2494 / 998075879
E-mail	ec831.samambaia@edu.se.df.gov.br
Data da Fundação da UE	03/08/2009
Turnos de Funcionamento	MATUTINO E VESPERTINO
Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas	EDUCAÇÃO ESPECIAL EDUCAÇÃO INFANTIL ENSINO FUNDAMENTAL I – ANOS INICIAIS
Escola de Gestão Compartilhada	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Oferta Educação Integral	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
Equipe Gestora	Diretora: Eliege Silveira de Moraes. E-mail: eliege.morais@edu.se.df.gov.br . Vice-diretora: Karina Lisboa Alves Barbosa. E-mail: karina.barbosa@edu.se.df.gov.br . Chefe de Secretaria: E-mail: rosilene.conceicao@se.df.gov.br Supervisor: Edvaldo Ferreira dos Santos Junior. E-mail: edvaldo.junior@edu.se.df.gov.br . Supervisor: Josicleide de Jesus Barbosa E-mail: josi.barbosa@edu.se.df.gov.br



2. Apresentação

O presente instrumento é fruto das reflexões e discussões que ocorreram no âmbito da Escola Classe 831 de Samambaia e tiveram como protagonistas, os professores do quadro efetivo e temporário, os membros da Equipe Gestora, pedagógica, orientadoras educacionais, pedagoga escolar, representantes dos segmentos da carreira assistência, dos pais/responsáveis e funcionários terceirizados.

Consolida-se num documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. O Projeto Político Pedagógico é um instrumento onde consta a proposta educacional da escola e o papel que cada um da comunidade escolar tem, bem como suas responsabilidades. É importante que também estejam descritos os desafios a serem enfrentados e os caminhos a serem percorridos para superá-los. Por isso, o PPP define a intenção e as estratégias da escola, servindo como diretriz para a gestão, de modo a torná-la mais eficiente, visto que organiza as atividades pedagógicas em determinado período, além de incluir a realidade socioeconômica e cultural em que se está inserida. É um documento dinâmico, pois permite alterações ao longo do tempo, em especial a prática pedagógica.

Dessa forma, serve como parâmetro para avaliações internas e estratégias de curto, médio e longo prazo. Nosso Projeto Político Pedagógico está alinhado aos preceitos que estabelecem os fins da Educação Nacional, consubstanciados nos princípios de liberdade e solidariedade humana, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania. Por meio dele, a escola ganha uma identidade e, quem faz parte dela, consegue enxergar seu papel e como deve prosseguir em cada etapa e/ou desafio.

- **Processo de Construção**

Aos 29 de julho de 2009, foi publicado no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, Nº 145, página 12. Portaria Nº 295, de 28 de julho de 2009. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, JOSÉ LUIZ DA SILVA VALENTE no uso das suas atribuições que lhe confere o artigo 81 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Nº 22, de 29 de janeiro de 2001, resolve: Art.1º Aprovar a criação da ESCOLA CLASSE 831 DE SAMAMAMBAIA, localizada na QR 831 conjunto 01 lote 01 – Samambaia, vinculada a Diretoria Regional de Ensino de Samambaia. Art. 2º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.



CAIXA ESCOLAR

RAZÃO SOCIAL: CAIXA ESCOLAR DA ESCOLA CLASSE 831 DE SAMAMBAIA

CNPJ: 11.581.953/0001-07

ENDEREÇO: Qr 831 - Conjunto 01 - Lote 01 Samambaia -Norte Brasília - DF

TELEFONE: 3901-3526 - 998075879

EMAIL: ec831.samambaia@edu.se.df.gov.br

- **Sujeitos participantes**

Atualmente, a escola conta com 65 funcionários, entre direção, secretariado escolar, supervisão, coordenação pedagógica, equipe de apoio à aprendizagem, orientação educacional, educadores e auxiliares em educação.

Equipe gestora: Diretora e Vice-diretora.

Carreira assistência: 4 carreira assistência

Supervisão escolar: 2 supervisores.

Equipe de atendimento e apoio à aprendizagem: não há.

Orientação educacional: 2 orientadoras.

Coordenação pedagógica: 1 coordenadora.

Carreira magistério: 10 profissionais com lotação definitiva na UE.

Professores de contrato temporário: 28 professores.

Monitor de Gestão Educacional da Carreira Assistência à Educação: 2 monitores.

Educadores Sociais Voluntários: 7 educadores.

Conservação e limpeza (Empresa Real): 8 funcionários.

Cozinheiras (Empresa G&E): 5 funcionários.

Vigilantes (Empresa Confederal): 4 funcionários.

- **Instrumentos e procedimentos que promovem a participação da comunidade escolar**

Pensando na inserção da família no processo escolar, buscamos estimular o diálogo entre as famílias e escola, criar oportunidades de integração dos eventos, culminâncias, momentos de rodas de conversa, formação e devolutivas com os responsáveis pelos estudantes e reuniões. De acordo com Piletti: *“da mesma forma que a escola, para realizar eficazmente seu trabalho, precisa estar na comunidade, esta*



não pode estar ausente da escola”. De forma participativa, a comunidade escolar é envolvida nas decisões para a elaboração do Projeto Político Pedagógico, para o uso dos recursos financeiros e para o acompanhamento dos processos de aprendizagem. A direção da escola está sempre à disposição da comunidade para ouvir suas demandas, com sugestões, reclamações, elogios. Assim como os professores, estão disponíveis para atendimento aos pais, no turno contrário à regência com dia e horário marcado. Essas ações podem ser realizadas presencialmente ou virtualmente, por meio do WhatsApp da escola. O ato de participar vindo de pais, alunos, funcionários e professores proporciona à escola uma qualidade em seu trabalho educativo, uma vez que, através desta participação, a escola conseguirá atingir seus objetivos.

3. Histórico da Unidade Escolar

Essa unidade de ensino foi inaugurada no dia 03 de agosto de 2009, por famílias oriundas de invasões e de áreas de risco como Fercal, Varjão, Ceilândia, Samambaia e de outras regiões administrativas do Distrito Federal. Essas famílias foram retiradas, pelo Governo do Distrito Federal, de assentamentos ilegais nos locais citados e encaminhados à Expansão da Samambaia Norte, compreendida entre as quadras 800 e 1000. Quando começaram a chegar suas primeiras instalações eram barracas de lona com pouco mais de 5 m² cada. Não havia saneamento básico, asfalto, comércio. Os estudantes oriundos dessas regiões iniciaram o ano no segundo semestre de 2009, muitos estavam pela primeira vez na escola e concluíram uma série em menos de um semestre. Nessa época os professores encontraram muitas dificuldades, pois uma quantidade considerável de alunos era extremamente desprovida de insumos básicos, tais como material escolar, comida e vestimenta quanto valores familiares e amparo emocional. A maioria das famílias era composta de muitos filhos, fato que pode explicar a falta de recursos dos mesmos. A escola era a única instituição formal na comunidade, onde até hoje acontece ações sociais, missa e atividades culturais e esportistas. No início, os pais não tinham muito discernimento sobre a importância de um ambiente escolar e tão pouco os filhos. Eles costumavam procurar a escola quando acabava o gás em casa ou para pedir dinheiro aos funcionários. Foi preciso um trabalho sistemático sobre o papel e função da escola para que compreendessem que ela é parte essencial na formação de cidadãos. E os objetivos principais da educação básica são: preparação para o mundo do trabalho, formação para cidadania crítica, preparação para a participação social e formação ética.



4. Diagnóstico da Realidade da Unidade Escolar

Atualmente o cenário apresenta-se diferente, as famílias estão mais presentes dentro da escola, o respeito às normas institucionais, a participação efetiva nas reuniões e eventos, o comparecimento para esclarecer e dialogar sobre quaisquer conflitos ou quando convocados a unidade escolar, os estudantes estão mais assíduos, em sua grande maioria trazem o material escolar para a aula, os pais e ou responsáveis também conseguem perceber as melhorias na infraestrutura da escola, reconhecem a valorização e a importância dos professores. O papel dos pais na educação dos filhos é fundamental para a formação de valores. Afinal, a família é responsável por iniciar o processo de desenvolvimento da criança físico e intelectual. Os pais também são os principais agentes para que os filhos se tornem pessoas íntegras. Em proximidades da escola nossa comunidade já evoluiu consideravelmente, em suas casas possuem água encanada, rede elétrica e acesso à internet. Há comércios como farmácia, padaria, mercado, caixa eletrônico e papelaria. Além de uma Unidade Básica de Saúde que nos proporciona uma parceria para os cuidados e orientações com a saúde e bem-estar. A escola atende as modalidades da educação escolar: Educação Especial, Educação Infantil e o Ensino Fundamental I dos Anos Iniciais. Atualmente recebe aproximadamente o total de 700 estudantes (entre 4 e 15 anos) e funciona nos turnos matutino (7h30 às 12h30) e vespertino (13h às 18h). São oferecidos diariamente dois lanches sendo um doce (leite, suco, pão ou biscoito) e um salgado (galinhada, macarrão com frango, verduras e legumes de acompanhamento). Salientamos ainda que a Escola Classe 831 de Samambaia é uma escola inclusiva, há uma Classe Especial e onze Turmas de Integração Inversa atendendo os seguintes estudantes com as necessidades educacionais especiais:

Deficiência auditiva profunda – 1 aluno

TEA – 13 alunos

**TDAH – 3 alunos
DF/ BNE – 1 aluno**

Síndrome de Down – 2 alunos

Deficiência Intelectual – 7 alunos

Outros – 4 alunos



Nessa instituição de ensino já estiveram no cargo de direção as seguintes Equipes Gestoras:

2009: diretora Cristiane e vice-diretora Michelly.

2009: diretora Michelly e vice-diretora Renata.

2012: diretor Bartolomeu e vice-diretora Saluena.

2012: diretora Saluena e vice-diretora Fabrícia.

2013: diretora Fabrícia e vice-diretora Saluena.

2018: diretora Fabricia e vice-diretora Eliege.

2019: diretora Eliege e vice-diretora Karina.

2020: diretora Eliege e Vice-diretora Tatiane.

2021: diretora Eliege e vice-diretora Karina.

2022: diretora Eliege e vice-diretora Karina.

2023: diretora Eliege e vice-diretora Karina.

2024: diretora Eliege e vice-diretora Karina.

- **Caracterização Física**

A escola está construída (transitoriamente) num espaço de 6.251m². Composta por 04 (quatro) blocos, formando um retângulo. Estando em dois blocos paralelos as salas de aulas, a sala de leitura, o laboratório de informática, sala de vídeo e os banheiros. Em outro bloco localizam-se a cantina, a sala dos servidores e os depósitos. No bloco administrativo encontram-se a secretaria, a sala dos professores, a sala de coordenação, a cozinha, a copa, salas de recursos, de serviços especializados, serviço de orientação educacional, salas de reforço escolar e as salas da Equipe Gestora.

O espaço físico da escola é composto por:

15 salas de aula que atualmente comporta de 1 a 35 estudantes e cada possui um ventilador.

10 banheiros (02 para alunos da educação infantil, 02 para os anos iniciais, 02 para alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência física, 04 para servidores);

01 secretaria escolar com ar condicionado;

01 guarita com ar condicionado;

01 laboratório de informática com ar condicionado;

01 sala de leitura com ar condicionado;

01 sala de vídeo com ar condicionado e cadeiras acopladas;

01 cantina com ar condicionado;

01 depósitos para gêneros alimentícios com ar condicionado;



01 depósito para material de limpeza e serviços gerais;
01 depósito para materiais pedagógicos;
01 sala para servidores;
01 sala para professores com ar condicionado;
01 sala para coordenação com ar condicionado;
01 copa;
01 cozinha com ar condicionado;
01 sala para a orientação educacional com ar condicionado;
01 sala para equipe administrativa com ar condicionado;
01 sala de recursos;
01 sala para EEAA com ar condicionado;
02 salas para reforço escolar;
01 parquinho coberto e com grama sintética;
03 bebedouros;
01 quadra esportiva coberta;
01 estacionamento amplo com asfalto e portão automático;
01 espaço de convivência arborizado Sandra Regina;
Monitoramento de câmeras;
Instalação sonora em todo o ambiente escolar;

- **Espaço de Convivência Sandra Regina**

A EC 831 disponha de um espaço em que a Equipe Gestora formada pela Diretora Eliege Morais Silveira e Vice-Diretora Karina Lisboa Alves Barbosa atuante desde o ano de 2019 pensava em uma obra para aproveitamento deste espaço para atividades lúdicas e recreativas.

Em meados aos três dias do mês de julho do ano de 2022 fomos surpreendidos com a triste notícia do falecimento da Chefa de Secretária escolar aposentada, Sandra Regina Paixão Loureiro atuante nesta Unidade de Ensino no período de agosto/ 2009 a janeiro/ 2022. Ela deixou o seu legado quando a sua aposentadoria publicada no DODF nº 13 de 19/01/2022. Página 39. O seu falecimento inesperado causou uma comoção muito grande em nossa comunidade escolar, pois foram 13 anos de dedicação, comprometimento e responsabilidade.

Este espaço foi construído da aplicação dos recursos do PDAF, registrado na Ata de Prioridade aprovada pelo Caixa e Conselho Escolar; descentralizado pela PORTARIA Nº 391, DE 27 DE ABRIL DE 2022, publicada no DODF Nº 79, SEXTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2022, relacionada ao processo SEI 00080-00010198/2022-65. Informamos que a ESCOLA CLASSE 831 DE SAMAMBAIA recebeu o valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) de natureza de CUSTEIO,



referente à Emenda Parlamentar do Deputado Reginaldo Veras, conforme Ofício em anexo 88067048, valor disponível na conta do Caixa Escolar da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia.

O espaço de Convivência dispõe-se de um espaço arborizado e acessível dividido em estações. Cada estação é representada por seu sobrenome. Os professores e estudantes utilizam os espaços para rodas de conversas, contação de histórias, relaxamento, piqueniques, exploram os espaços como recurso de aprendizagens.

Sandra Regina: espaço formado por um pergolado, jardins, mesas e bancos.

Paixão: espaço sensorial composto por brita, serragens, grama sintética. Além das árvores frutíferas como manga, amora, limão, ingá, abacate e pitanga.

Loureiro: Horta (folhagens como couve, cebolinha, alface e também tomates cerejas).

In memoria,

*“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim, terá o que colher”.*

Cora Coralina





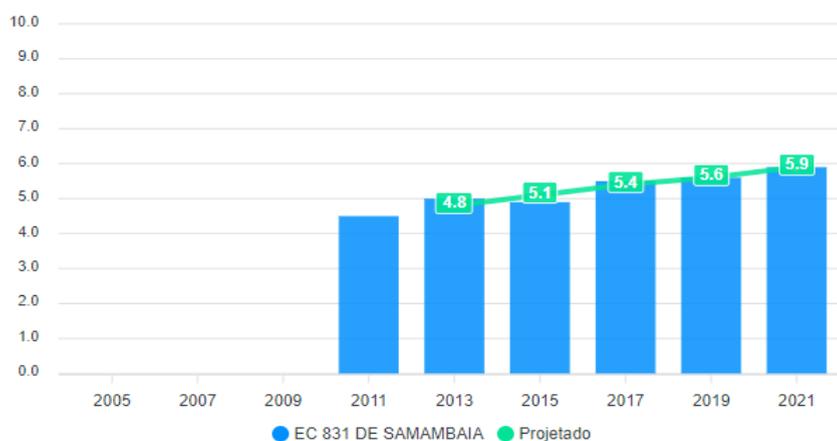
Todos estes espaços físicos eles necessitam periodicamente de manutenção, revitalização e reformas providas dos recursos financeiros oriundos do PDAF, PDDE E EMENDAS PARLAMENTARES. Assim podemos oferecer para a nossa comunidade escolar um espaço confortável, de acessibilidade e desenvolver um projeto pedagógico e administrativo que seja contemplado com uma boa infraestrutura.

- **Apresentação e análise de resultados de indicadores, índices e dados.**

O desempenho da Unidade Escolar no IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – apresentou uma variação positiva de 0,3 na última avaliação do ano de 2021, alcançando a meta estabelecida de 5.9.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.



Diagnóstico Inicial de 2023

O Diagnóstico Inicial 2023, que servirá como instrumento para aferir as fragilidades e potencialidades apresentadas pelos estudantes matriculados nos 3º, 4º e 5º anos e, dialogando com a perspectiva formativa, dará subsídios aos docentes e demais envolvidos na ação educativa, fornecendo informações prévias sobre as aprendizagens das crianças e estudantes para fins de início da organização do trabalho pedagógico previsto para o ano letivo de 2024. A partir deste relatório, o docente pode planejar intervenções pedagógicas para toda a turma ou individualmente levando em consideração as habilidades conquistadas, ou não. Ao final do relatório é apresentado o percentual de estudantes que alcançaram cada habilidade. Em vermelho se apresentam os percentuais abaixo de 50%. Com os resultados em mãos desenvolveremos ações fundamentais e necessárias como a formação pedagógica e capacitação com os professores, educadores, a mobilização com os pais ou responsáveis para o acompanhamento constante na rotina escolar, investimento nos recursos pedagógicos, inovação nas estratégias e intervenções para alcançarmos os objetivos e o desenvolvimento das habilidades. Assim, buscaremos um índice com melhor desempenho nas aprendizagens dos estudantes.

- **Características sociais, econômicas e culturais da comunidade.**

A comunidade escolar compreende ser função social da escola e garantir ao educando uma educação de qualidade que valorize o ser humano multidimensional e os direitos coletivos, respeitando todas as dimensões humanas, buscando assim o equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, sempre permeada pelos eixos transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica do DF (2ª edição): Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade, que o ajude a enfrentar o mundo atual de forma participativa e reflexiva. Nesse sentido, a escola tem o compromisso de promover a inclusão e uma formação voltada para as exigências do mundo moderno, garantindo um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem dos conhecimentos de maneira crítica e construtiva para o exercício pleno da cidadania, possibilitando um saber sistemático, extrapolando os espaços escolares, oferecendo oportunidades educativas, propiciando às crianças conhecer o mundo em que vivem, possibilitando-lhes sua apropriação e transformação.



5. Função Social da Escola

A escola é uma instituição social com objetivo explícito: o desenvolvimento das potencialidades físicas, cognitivas e afetivas dos alunos, por meio da aprendizagem dos conteúdos (conhecimentos, habilidades, procedimentos, atitudes e valores) que, aliás, deve acontecer de maneira contextualizada desenvolvendo nos alunos a capacidade de tornarem-se cidadãos participativos na sociedade em que vivem. Eis o grande desafio da escola, fazer do ambiente escolar um meio que favoreça o aprendizado, onde a escola deixe de ser apenas um ponto de encontro e passe a ser, além disso, encontro com o saber com descobertas de forma prazerosa e funcional, conforme LIBÂNEO (2005, p.117):

“Devemos inferir, portanto, que a educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.”

Os inúmeros problemas sociais e educacionais em que nos deparamos na atualidade e o verdadeiro papel da educação é motivo de ampla discussão na sociedade contemporânea. A Proposta que ora é apresentada, prioriza a oferta de um modelo de educação que contribua para a reflexão, ação e construção de uma nova realidade social. Enfatiza também a intencionalidade da realização de um desafio: “promover ações educativas, no sentido de desvelar as causas da exclusão, de possibilitar a vivência de práticas inclusivas, tanto no que se refere ao conhecimento que é trabalhado, quanto nas formas de participação no espaço escolar”.

Portanto, sentimos a necessidade de empreender uma proposta de trabalho coletivo, a qual possa ofertar subsídios para vencer as barreiras e entraves que inviabilizam a construção de uma escola pública que eduque de fato para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento real de transformação social. Espaço em que se aprenda a aprender, a conviver e a ser com e para os outros.

6. Missão da Unidade Escolar

A função básica da escola é garantir a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores necessários à socialização do indivíduo sendo primordial que a escola propicie o domínio dos conteúdos básicos da leitura, da escrita, da ciência das artes e das letras, sem as quais dificilmente o aluno poderá exercer seus direitos de cidadania. Por isso, a educação preconizada na Proposta-pedagógica da Escola Classe 831, fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que dê conta de contribuir para a formação de cidadãos conscientes do seu papel na sociedade por meio da construção, disseminação do conhecimento e (re) leitura de mundo, num processo contínuo de aprendizado e envolvendo professores, alunos, funcionários e toda a comunidade escolar.



7. Princípios Orientadores da Prática Educativa

- **Princípios que orientam a prática educativa – LDB**

A Política Educacional desta Unidade de Ensino terá como centro o interesse do aluno, considerando as diversas experiências sociais, culturais e intelectuais dos alunos respeitando sua história de vida, linguagem, costumes e condições sociais, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Proposta Pedagógica objetiva a melhoria na qualidade da educação ofertada aos alunos, à otimização do espaço de trabalho pautado na ética, respeito e valorização dos professores e servidores da carreira assistência e a efetiva participação da família e toda a comunidade escolar, garantindo um conjunto de práticas planejadas com o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem do conhecimento de maneira crítica e construtiva para o exercício pleno da cidadania. Portanto, faz-se necessário à elaboração de uma proposta de trabalho que atenda a todas estas demandas, através de metas e estratégias a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, objetivando a satisfação de todos os segmentos envolvidos no processo educacional fundamentado na participação de toda a comunidade escolar. Neste sentido, propomos desenvolver ações que, valorizem os profissionais em educação, garantam a efetiva participação da comunidade escolar, potencializem a coordenação coletiva, subsidie a melhoria no rendimento, a diminuição da evasão e repetência dos alunos, assim como a viabilização de melhorias na estrutura física da escola, a aquisição e manutenção dos recursos materiais que auxiliam na prática pedagógica e administrativa. Como forma de programar as ações pedagógicas, propomos prioritariamente investir no trabalho coletivo, na formação continuada, na democratização da escola, na transparência da prestação de contas, no tratamento igualitário a todos, e estarmos sempre primados na ética e no diálogo e alicerçados nos direitos e deveres em prol da excelência na educação da nossa escola.

- **Princípios da Educação Integral**

Para possibilitar aos estudantes a ampliação das oportunidades e, conseqüentemente, o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF, a Educação Integral apresenta como princípios: integralidade, intersetorialidade, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar. Assim, de acordo com o documento supramencionado, no Caderno 1, Pressupostos Teóricos (2014, p. 28-30), temos:



- **Integralidade**

É um princípio que busca dar a devida atenção a todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; ou seja, a integralidade vai além do aumento do tempo do estudante na Unidade Escolar, já que se deve levar em consideração que o processo formativo acontece ao longo da vida de uma pessoa, e que a escola contribui com a formação humana “por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, informática, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas”. Nessa direção, este é, provavelmente, o princípio que mais desafia o “fazer educação” na Unidade Escolar, uma vez que propõe agregar à formação do estudante aspectos que preveem a valorização do potencial cognitivo e intelectual;

- **Intersetorialidade**

Assegura políticas públicas de diferentes campos, a fim de “potencializar a oferta de serviços públicos como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da educação.”;

- **Transversalidade**

Busca por em prática a “concepção interdisciplinar de conhecimento, vinculando a aprendizagem aos interesses e aos problemas reais dos estudantes e da comunidade.”;

- **Diálogo, Instituição Educacional e Comunidade.**

Procura “legitimar os saberes comunitários como sendo do mundo e da vida, pensando na Unidade Escolar com abertura para resgatar tradições e culturas populares.”;

- **Territorialização**

O propósito é ultrapassar os muros das escolas fazendo parcerias com a comunidade para a “criação de projetos socioculturais significativos e para o melhor aproveitamento das possibilidades educativas”;

- **Trabalho em Rede**

“Todos devem trabalhar em conjunto, trocando experiências e informações, com o objetivo de criar oportunidades de aprendizagem para todas as crianças, adolescentes e jovens.” Afinal, “o estudante



não é só do professor ou da escola, mas também da rede, existindo uma corresponsabilidade pela educação e pela formação do educando”.

- **Princípios Epistemológicos**

Toda proposta curricular é situada social, histórica e culturalmente; é a expressão do lugar de onde se fala e dos princípios que a orientam. Falar desses princípios epistemológicos do Currículo de Educação Básica da SEDF nos remete ao que compreendemos como princípios. Princípios são ideais, aquilo que procuramos atingir e expressam o que consideramos fundamental: conhecimentos, crenças, valores, atitudes, relações, interações. Dentro da perspectiva de Currículo Integrado, os princípios orientadores são: teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização, flexibilização. Esses princípios são centrais nos enfoques teóricos e práticas pedagógicas no tratamento de conteúdos curriculares, em articulação a múltiplos saberes que circulam no espaço social e escolar.

- **Princípio da Unicidade entre Teoria e Prática**

Na prática pedagógica criadora, crítica, reflexiva, teoria e prática 26 - Processos como: leitura, escrita, pesquisa orientada, problematização, exploração de objetos, mapas, globos, resolução de problemas, etc. (67) CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PRESSUPOSTOS TEÓRICOS juntos ganham novos significados. Ao reconhecer a unidade indissociável entre teoria e prática, é importante, também, considerar que, quando são tratadas isoladamente, assumem caráter absoluto, tratando-se na verdade de uma fragilidade no seio de uma unidade indissociável. Vázquez (1977) afirma que, ao falar de unidade entre teoria e prática, é preciso considerar a autonomia e a dependência de uma em relação à outra; entretanto, essa posição da prática em relação à teoria não dissolve a teoria na prática nem a prática na teoria, tendo em vista que a teoria, com sua autonomia relativa são indispensáveis à constituição da práxis e assume como instrumento teórico uma função prática, pois “é a sua capacidade de modelar idealmente um processo futuro que lhe permite ser um instrumento – às vezes decisivo – na práxis produtiva ou social” (idem, p. 215). Nessa perspectiva de práxis, o conhecimento é integrado, há uma visão articulada de áreas de conhecimento/componentes curriculares, de saberes e de ciências; as metodologias são mais dinâmicas, mutáveis e articuladas aos conhecimentos. A avaliação das aprendizagens adquire sentido emancipatório quando passa a considerar o conhecimento em sua totalidade e em permanente construção. Para garantir a unicidade da teoria-prática no currículo e sua efetividade na sala de aula, devemos privilegiar estratégias de integração que promovam reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos voltados para a



construção do conhecimento, permeados por incentivos constantes ao raciocínio, problematização, questionamento, dúvida. O ensino que articula teoria e prática requer de professor e estudantes a tomada de consciência, revisão de concepções, definição de objetivos, reflexão sobre as ações desenvolvidas, estudo e análise da realidade para a qual se pensam as atividades. Do professor, especificamente, exige a abertura para o diálogo e a disposição para repensar cotidianamente a organização da aula (SILVA, 2011), com a clareza do Para que ensinar? O que ensinar? Como ensinar? O que e como avaliar? São os elementos articuladores entre as áreas de conhecimentos/ componentes curriculares e atividades educativas que favorecem a aproximação dos estudantes aos objetos de estudo, permitindo-lhes desvelar a realidade e atuar crítica e conscientemente, com vistas à apropriação/ produção de conhecimentos que fundamentam e operacionalizam o currículo, possibilitando encontrar respostas coletivas para problemas existentes no contexto social.

- **Princípio da Interdisciplinaridade e da Contextualização**

A interdisciplinaridade e a contextualização são nucleares para a efetivação de um currículo integrado. A interdisciplinaridade favorece a abordagem de um mesmo tema em diferentes disciplinas/componentes curriculares e, a partir da compreensão das partes que ligam as diferentes áreas do conhecimento/componentes curriculares, ultrapassa a fragmentação do conhecimento e do pensamento. A contextualização dá sentido social e político a conceitos próprios dos conhecimentos e procedimentos didáticopedagógicos, propiciando relação entre dimensões do processo didático (ensinar, aprender, pesquisar e avaliar). O professor que integra e contextualiza os conhecimentos de forma contínua e sistemática contribui para o desenvolvimento de habilidades, atitudes, conceitos, ações importantes para o estudante em contato real com os espaços sociais, profissionais e acadêmicos em que irá intervir. A organização do processo de ensino-aprendizagem em uma situação próxima daquela na qual o conhecimento será utilizado, facilita a compreensão e favorece as aprendizagens dos estudantes. Destacamos que a determinação de uma temática, interdisciplinar ou integradora, deverá ser resultante de uma discussão de base curricular, visto que são os conhecimentos científicos pautados nesse Currículo que irão indicar uma temática. Essa ação rompe com a lógica de determinação de temas sem uma reflexão sobre os conhecimentos em diferentes áreas e com as tentativas frustradas de forçar uma integração que não existe, dificultando a implementação de atividades interdisciplinares na escola. A interdisciplinaridade pode acontecer em duas dimensões: no próprio componente curricular (intra) e entre componentes curriculares (inter). No próprio componente curricular, quando são utilizados outros tipos de



conhecimentos (artes, literatura, corpo e movimento, relações interpessoais, entre outras) que irão auxiliar ou favorecer a discussão específica do conhecimento do componente curricular. Já entre os componentes curriculares, busca-se a integração existente entre os diferentes conhecimentos. O princípio da interdisciplinaridade estimula o diálogo entre conhecimentos científicos, pedagógicos e experienciais, criando possibilidades de relações entre diferentes conhecimentos e áreas. Santomé (1998) afirma que “[...] interdisciplinaridade é fundamentalmente um processo e uma filosofia de trabalho que entram em ação na hora de enfrentar os problemas e questões que preocupam em cada sociedade” (p.65), contribuindo para a articulação das diversas disciplinas e, ao mesmo tempo, favorecendo (69) CURRÍCULO EM MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PRESSUPOSTOS TEÓRICA trabalho colaborativo entre os professores. Para garantir que a interdisciplinaridade se efetive em sala de aula, necessário se faz que os professores dialoguem, rompendo com a solidão profissional característica das relações sociais e profissionais na modernidade. Nas escolas públicas do DF, o diálogo necessário para que assumamos concepções e práticas interdisciplinares tem local para acontecer: as coordenações pedagógicas, espaços-tempos privilegiados de formação continuada, planejamento, discussão do currículo e organização do trabalho pedagógico que contemplem a interdisciplinaridade como princípio. A seguir, um processo elaborado por Santomé (1998), que costuma estar presente em qualquer intervenção interdisciplinar: a) Definição de um problema, tópico, questão; b) Determinação dos conhecimentos necessários, inclusive as áreas/ disciplinas a serem consideradas; c) Desenvolvimento de um marco integrador e questões a serem pesquisadas; d) Especificação de estudos ou pesquisas concretas que devem ser desenvolvidos; e) Articulação de todos os conhecimentos existentes e busca de novas informações para complementar; f) Resolução de conflitos entre as diferentes áreas/disciplinas implicadas no processo, procurando trabalhar em equipe; g) Construção de vínculos comunicacionais por meio de estratégias integradoras, como: encontros, grupos de discussão, intercâmbios, etc.; h) Discussão sobre as contribuições, identificando sua relevância para o estudo; i) Integração dos dados e informações obtidos individualmente para imprimir coerência e relevância; j) Ratificação ou não da solução ou resposta oferecida ao problema levantado inicialmente; k) Decisão sobre os caminhos a serem tomados na realização das atividades pedagógicas e sobre o trabalho em grupo.



- **Princípio da Flexibilização**

Em relação à seleção e organização dos conteúdos, este Currículo define uma base comum, mas garante certa flexibilidade para que as escolas, considerando seus projetos político-pedagógicos e as especificidades locais e regionais, enriqueçam o trabalho com outros conhecimentos igualmente relevantes para a formação intelectual dos estudantes. A flexibilidade curricular dá abertura para a atualização e a diversificação de formas de produção dos conhecimentos e para o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, para atender as novas demandas de uma sociedade em mudança que requer a formação de cidadãos críticos e criativos. Amplia, portanto, a possibilidade de reduzir a rigidez curricular ao favorecer o diálogo entre os diferentes conhecimentos, de forma aberta, flexível e coletiva, numa tentativa de romper as amarras impostas pela organização das grades curriculares repletas de pré-requisitos. A flexibilidade do currículo é viabilizada pelas práticas pedagógicas dos professores, articuladas ao projeto político-pedagógico da escola. Ao considerar os conhecimentos prévios dos estudantes, o professor torna possível a construção de novos saberes, ressignificando os saberes científicos e os do senso comum. Nessa visão, os conhecimentos do senso comum são transformados com base na ciência, com vistas à “[...] um senso comum esclarecido e uma ciência prudente [...], uma configuração do saber” (SANTOS, 1989, p. 41), que conduz à emancipação e à criatividade individual e social. Ao promover a articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes dos estudantes, o professor contribui para que partam de uma visão sincrética, caótica e pouco elaborada do conhecimento, reelaborando-a numa síntese qualitativamente superior (SAVIANI, 2008). Nessa perspectiva, abrimos espaço para experiências, saberes, práticas dos sujeitos comuns que protagonizam e compartilham com professores saberes e experiências construídas em espaços sociais diversos.

- **Educação Inclusiva**

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Fundamenta-se nos princípios da equidade, do direito à dignidade humana, da educabilidade de todos os seres humanos, independentemente de comprometimentos que possam apresentar no direito à igualdade de oportunidades educacionais, à liberdade de aprender e de expressar-se e no direito a ser diferente. Prevê a formulação de políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de condições distintas para a efetivação do processo educacional. Deste modo, a Educação Especial pressupõe a garantia do atendimento educacional



especializado, também às crianças matriculadas nas Instituições Educacionais Parceiras, devem receber acompanhamento para sua necessidade por meio da disponibilização de recursos e serviços e da orientação de profissionais, famílias e comunidade quanto aos seus usos, no processo de ensino e de aprendizagem. O Decreto Federal 7.612, de 17 de novembro de 2011, que instituiu o plano Viver sem Limites, trata de definir quem é o público da Educação Especial: [...] são consideradas pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. Nesse sentido, as Instituições Educacionais Parceiras devem estar em concordância com a legislação vigente quanto ao atendimento às pessoas com deficiência. Assim, devem garantir a eliminação de barreiras arquitetônicas, físicas e atitudinais, além de promover a oferta de atendimento educacional que considere as especificidades de cada criança. Cabe ressaltar que as crianças matriculadas nas Instituições Educacionais Parceiras têm os mesmos direitos das crianças matriculadas em Instituições da Rede Pública. Dessa forma, têm garantia do atendimento educacional especializado por meio da disponibilização de recursos, serviços e da orientação de profissionais e outras situações previstas na Orientação Pedagógica da Educação Inclusiva; A criança com deficiência, que for matriculada durante o período letivo, deve ser encaminhada ao Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem da SEEDF e só terá direito a redução no quantitativo de alunos na sala de aula após indicação dos profissionais especializados, conforme procedimento dispensado às crianças matriculadas em instituições públicas.

- **Fundamentos Teóricos Metodológicos**

Não há como se processar uma ação pedagógica sem uma correspondente filosofia. A filosofia sobre a educação é que dá o tom à pedagogia, garantindo-lhe a compreensão dos valores que, hoje, direcionam a prática educacional e dos valores que deverão orientá-la para o futuro. Assim, a escola assume a formação humana, inserida nos pressupostos da Pedagogia Histórica - Crítica como preconiza os documentos que norteiam a prática pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal e o ponto de partida é a realidade mais ampla, onde “a leitura crítica dessa realidade torna possível apontar novo pensar e agir pedagógicos” (GASPARIN, 2007, p.3). Esta teoria do conhecimento na educação escolar pressupõe trabalhar um conhecimento científico e político comprometido com a formação do aluno, onde não basta somente a transmissão pura e simples do conhecimento, mas, também a assimilação ativa por parte dele. Se a prática educativa é condicionada pela situação histórica que caracteriza a sociedade, num espaço e tempos determinados, ela pressupõe uma proposta que visa à



manutenção ou a transformação dessa mesma sociedade. Nesta perspectiva, cabe à escola situar uma metodologia que servirá para concretizar uma proposta de transformação. Portanto, a ação educativa consiste em refazer-se a cada instante, o conhecimento, numa busca contínua de respostas para os problemas que a prática social e os conteúdos nos apresentam. Temos clara a teoria que sustenta nossa ação e a torna fortalecida, pois assim temos claros os nossos objetivos e a metodologia a ser utilizada para alcançá-los. Toda ação educativa está atrelada a uma concepção teórica.

Nesse sentido, a Escola Classe 831 fundamenta sua prática nas orientações pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do DF. O educador, conhecendo a teoria que sustenta a sua prática, pode suscitar transformações, pode direcionar sua prática para o alcance dos objetivos da aprendizagem, tornando o processo ensino-aprendizagem algo realmente significativo em prol de uma educação transformadora, que supere os déficits educacionais e sociais atuais. Nas duas últimas décadas, a Pedagogia Histórico-Crítica tem sido citada como uma perspectiva educacional que visa resgatar a importância da escola e a reorganização do processo educativo.

- **Pedagogia histórico - crítica**

A Pedagogia Histórico-Crítica entende a aprendizagem como uma experiência social, mediada pela interação social. A educação é um ato intencional e planejado que acontece por meio do processo de interação dos estudantes com o mundo, com seus pares e com os objetos. Nesta perspectiva os conteúdos escolares tem seu papel de importância, desde que esteja articulado com as práticas sociais e sejam ressignificados para os estudantes.

“O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo. A mediação entre a escola e seus diversos sujeitos fortalece o sentido da aprendizagem construída e sustentada na participação e na colaboração dos estudantes.” (Currículo em Movimento/pressupostos teóricos, SEEDF, 2014, pg.33).

- **Psicologia histórico-cultural**

A Psicologia Histórico-Cultural propõe a compreensão do ser humano em uma cultura determinada e ressalta a importância de considerar as práticas e interesses sociais da comunidade em que esses estudantes estão inseridos. É de suma importância interligar a prática social, por meio da problematização, questionando e desafiando os estudantes, para que busquem no embasamento teórico os conceitos científicos e produzam assim a aprendizagem significativa. No intuito de assumir seu papel político, entendendo a educação como direito e não como privilégio em busca de uma escola



pública gratuita e democrática faz-se necessário o trabalho com os eixos transversais articulando conhecimentos de diferentes áreas. O Currículo em movimento (SEEDF, 2014) contempla os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Por fim, é preciso que a escola assuma o paradigma da Educação Integral, ampliando os espaços e tempos e possibilitando que os estudantes alcancem o sucesso escolar.

8. Metas da Unidade Escolar

As metas da gestão escolar constituem um recurso estratégico fundamental para o sucesso da instituição de ensino a longo prazo. Isso porque as metas são integrantes de objetivos maiores que ajudam a comunidade escolar a se concentrar na jornada e alocar seus recursos e tempo de forma mais eficiente. Do ponto de vista pedagógico, as metas auxiliam no desempenho e ajudam a identificar pontos fracos e fortes, impulsionando a educação rumo ao propósito desejado. A escola é uma organização complexa, com diferentes áreas trabalhando de forma conjunta e, por vezes, interligada.

- ✓ Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- ✓ Assegurar a permanência e acompanhamento da frequência escolar dos estudantes.
- ✓ Parcerias diversas com faculdades, Ongs, unidade básica de saúde, entre outros;
- ✓ Programas de capacitação profissional;
- ✓ Ampliação das instalações;
- ✓ Melhorias dos equipamentos audiovisuais e inovações tecnológicas.
- ✓ Analisar e acompanhar os indicadores educacionais.
- ✓ Adotar estratégias personalizadas, como a reavaliação de suas propostas pedagógicas, monitoramento constante do desempenho dos alunos e uma gestão escolar eficiente que envolve a comunidade escolar.
- ✓ Melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).
- ✓ Buscar estratégias para uma maior participação da comunidade no cotidiano da escola, no acompanhamento e na avaliação das ações pedagógicas;
- ✓ Promover ações que permitam maior interação entre todos os segmentos da escola;
- ✓ Viabilizar o cumprimento das normas disciplinares da escola;
- ✓ Valorização do profissional da educação;
- ✓ Investir no trabalho coletivo e no tratamento igualitário a todos;



9. Objetivos

• Objetivos Gerais

- ✓ Dar continuidade ao resgate da função social da escola através do tratamento igualitário a todos, primados na ética e no diálogo e alicerçados nos direitos e deveres em prol da busca de um mundo de paz e promoção da cidadania;
- ✓ Garantir o respeito à pluralidade e à diversidade cultural e aos direitos humanos;
- ✓ Proporcionar a construção ou revisão e atualização da proposta pedagógica da Unidade Escolar, coletivamente, com vistas ao contexto socioeconômico e cultural no qual a escola está inserida;
- ✓ Garantir a autonomia pedagógica e administrativa da Unidade Escolar nos limites permitidos pela legislação escolar vigente aplicável e a ser exercida por meio do Conselho Escolar, que terá caráter deliberativo;
- ✓ Debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos;
- ✓ Viabilizar condições para garantir o desenvolvimento, aplicação e avaliação da Proposta Pedagógica da Educação Básica do Distrito Federal;
- ✓ Buscar junto aos órgãos competentes, recursos humanos e materiais que garantam o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas da unidade de ensino.

• Objetivos Específicos

- ✓ Adotar ações que visem o fortalecimento da atuação do Conselho Escolar;
- ✓ Desenvolver ações tais como: palestras, parcerias, atividades socioculturais, campanhas, encontros, jogos, etc., que incentivem e aproximem a comunidade escolar da escola, criando assim, o vínculo de pertencimento;
- ✓ Buscar parcerias com outros órgãos de apoio à família e a escola como: CRAS, CREAS, Unidade Básica de Saúde (UBS), Conselho Tutelar, Batalhão Escolar, Promotoria Pública e outros, como meio para fortalecer e intensificar as ações educativas;
- ✓ Desenvolver ações que visem e garantam a plena inclusão, igualdade e desenvolvimento dos alunos ANEE'S;
- ✓ Desenvolver ações que garantam na prática cotidiana o trabalho da temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme preconiza o artigo 26-A da LDB;
- ✓ Viabilizar para que o trabalho do EEAA e da OE aconteça efetivamente de forma a fortalecer a prática pedagógica, visando sempre à aprendizagem dos alunos;



- ✓ Buscar meios que viabilizem e assegurem o funcionamento da sala de leitura e do laboratório de informática;
- ✓ Assegurar os direitos das crianças com necessidades educativas especiais, bem como seu atendimento em sala de recursos;
- ✓ Tornar o espaço escolar atrativo para os alunos, professores, servidores e comunidade;
- ✓ Proporcionar ao aluno a participação no laboratório de informática bem como o contato com outros recursos tecnológicos para que adquiram, ampliem e construam conhecimentos;
- ✓ Garantir através da utilização da biblioteca o acesso a diversos tipos de leitura como forma de diversão e ampliação do seu vocabulário e cultura;
- ✓ Aquisição e manutenção dos recursos materiais pedagógicos/ administrativos que auxiliam na prática pedagógica, visando à melhoria na aprendizagem dos alunos;
- ✓ Assegurar que os docentes participem ativamente das formações em serviço conforme prevê a legislação vigente;
- ✓ Oportunizar através das coordenações coletivas a troca de conhecimentos, ora adquiridos nas formações em serviço, ora de experiências cotidianas para que se traduzam efetivamente em contribuição para a prática pedagógica em sala de aula e a melhoria da aprendizagem com ênfase no sucesso do aluno;
- ✓ Aplicar de maneira eficiente e eficaz os recursos financeiros destinados a IE, garantindo o bom funcionamento de suas atividades;
- ✓ Criar condições para o desenvolvimento global do educando, promovendo atividades que visam melhorar o rendimento cognitivo do aluno;
- ✓ Avaliar o aluno como um todo, respeitando a diversidade na aprendizagem;
- ✓ Promover a integração Escola/Comunidade através da participação de todos os segmentos da comunidade escolar, visando à formação integral do indivíduo;
- ✓ Garantir a estrutura física adequada para o bom funcionamento da escola;
- ✓ Participação efetiva do Conselho Escolar;
- ✓ Desenvolver, diariamente, no grupo, o espírito de cooperação, de solidariedade, de respeito ao outro, exigindo para si o mesmo respeito;
- ✓ Promover o bom relacionamento interpessoal entre os funcionários;
- ✓ Elaborar um instrumento de conduta (direitos e deveres) de acordo com as especificidades da Instituição, embasado no Regimento Escolar e Estatuto da Criança e Adolescente e elaborar um instrumento que identifique os direitos e os deveres dos alunos e de toda a comunidade escolar, assegurando o seu fiel cumprimento.



10. Fundamentos Teóricos-metodológicos que fundamentam a Prática Educativa

Os fundamentos metodológicos da educação são um conjunto de princípios, teorias e práticas que norteiam o processo de ensino e aprendizagem. Esses fundamentos são essenciais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, pois fornecem diretrizes para a organização do currículo, a seleção de conteúdo, a escolha de estratégias de ensino e a avaliação dos alunos. Não há como se processar uma ação pedagógica sem uma correspondente filosofia. A filosofia sobre a educação é que dá o tom à pedagogia, garantindo-lhe a compreensão dos valores que, hoje, direcionam a prática educacional e dos valores que deverão orientá-la para o futuro. Assim, a escola assume a formação humana, inserida nos pressupostos da Pedagogia Histórica - Crítica como preconiza os documentos que norteiam a prática pedagógica da Secretaria de Educação do Distrito Federal e o ponto de partida é a realidade mais ampla, onde “a leitura crítica dessa realidade torna possível apontar novo pensar e agir pedagógicos” (GASPARIN, 2007, p.3). Esta teoria do conhecimento na educação escolar pressupõe trabalhar um conhecimento científico e político comprometido com a formação do aluno, onde não basta somente a transmissão pura e simples do conhecimento, mas, também a assimilação ativa por parte dele. Se a prática educativa é condicionada pela situação histórica que caracteriza a sociedade, num espaço e tempos determinados, ela pressupõe uma proposta que visa à manutenção ou a transformação dessa mesma sociedade. Nesta perspectiva, cabe à escola situar uma metodologia que servirá para concretizar uma proposta de transformação. Portanto, a ação educativa consiste em refazer-se a cada instante, o conhecimento, numa busca contínua de respostas para os problemas que a prática social e os conteúdos nos apresentam. Temos clara a teoria que sustenta nossa ação e a torna fortalecida, pois assim temos claros os nossos objetivos e a metodologia a ser utilizada para alcançá-los. Toda ação educativa está atrelada a uma concepção teórica. Nesse sentido, a Escola Classe 831 fundamenta sua prática nas orientações pedagógicas da Secretaria de Estado de Educação do DF. O educador, conhecendo a teoria que sustenta a sua prática, pode suscitar transformações, pode direcionar sua prática para o alcance dos objetivos da aprendizagem, tornando o processo ensino-aprendizagem algo realmente significativo em prol de uma educação transformadora, que supere os déficits educacionais e sociais atuais. Nas duas últimas décadas, a Pedagogia Histórico-Crítica tem sido citada como uma perspectiva educacional que visa resgatar a importância da escola e a reorganização do processo educativo.



- **Pedagogia histórico - crítica**

A Pedagogia Histórico-Crítica entende a aprendizagem como uma experiência social, mediada pela interação social. A educação é um ato intencional e planejado que acontece por meio do processo de interação dos estudantes com o mundo, com seus pares e com os objetos. Nesta perspectiva os conteúdos escolares tem seu papel de importância, desde que esteja articulado com as práticas sociais e sejam ressignificados para os estudantes.

“O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo. A mediação entre a escola e seus diversos sujeitos fortalece o sentido da aprendizagem construída e sustentada na participação e na colaboração dos estudantes.” (Currículo em Movimento/pressupostos teóricos, SEEDF, 2014, pg.33).

- **Psicologia histórico-cultural**

A Psicologia Histórico-Cultural propõe a compreensão do ser humano em uma cultura determinada e ressalta a importância de considerar as práticas e interesses sociais da comunidade em que esses estudantes estão inseridos. É de suma importância interligar a prática social, por meio da problematização, questionando e desafiando os estudantes, para que busquem no embasamento teórico os conceitos científicos e produzam assim a aprendizagem significativa. No intuito de assumir seu papel político, entendendo a educação como direito e não como privilégio em busca de uma escola pública gratuita e democrática faz-se necessário o trabalho com os eixos transversais articulando conhecimentos de diferentes áreas. O Currículo em movimento (SEEDF, 2014) contempla os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade. Por fim, é preciso que a escola assuma o paradigma da Educação Integral, ampliando os espaços e tempos e possibilitando que os estudantes alcancem o sucesso escolar.

11. Organização Curricular da Unidade Escolar

Tendo em vista o Currículo em Movimento e o trabalho interdisciplinar sugerido, a Proposta de Readequação e Replanejamento Curricular são organizadas por Componente Curricular dentro de Cada Área do Conhecimento, dando a autonomia para os Professores transitarem “de acordo” com o seu tempo/espaço, adequando-se a realidade de cada um dos seus estudantes. A organização curricular dos



Anos Iniciais compreende os Eixos Integradores: Alfabetização, Letramento e Ludicidade e nos Componentes Curriculares: Linguagens: Língua Portuguesa, Arte (Dança, Teatro, Música e Artes Visuais), Educação Física e Língua Estrangeira; Matemática, Ciências da Natureza; Ciências Humanas (Geografia, História, Ensino Religioso). A Organização escolar em Ciclos para as Aprendizagens possibilita ao estudante o tempo dos blocos e dos ciclos para realizar as aprendizagens previstas. Na Educação Infantil a organização curricular compreende os Eixos Integradores: Educar, Cuidar, Brincar e Interagir. Já nos Campos de Experiências: O eu, o outro e o nós; Corpo gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. A Gestão Pedagógica compreende a criação de formas de realização da ação educativa pela qual, professores, alunos, funcionários e pais, no sentido de serem transformadas as práticas de trabalho pedagógico em todos os espaços educacionais (salas de aula, escola, família, rua): A ação educativa inclui as práticas de ensino, pesquisa e extensão que deverão ser articuladas com o conteúdo das disciplinas, das atividades curriculares e extracurriculares; A aprendizagem significativa é concebida como resultado da ação educativa que modifica a conduta de educandos e produz mudanças na escola e na cidade; O processo de amadurecimento dos educandos e dos educadores ocorre em diferentes níveis e mediante práticas diversificadas que possam induzir a revisão de concepções de conceitos, condutas e prioridades. Todo o trabalho é realizado dentro da legalidade usando a democracia e o respeito na definição das estratégias pedagógicas. Para tanto, realiza-se durante a coordenação coletiva estudos de leis, portarias e currículos – ligados diretamente ao processo pedagógico. São realizadas reuniões periódicas entre UNIEB/CRESAM e Coordenação da unidade escolar e os pontos relevantes são repassados ao professor durante a coordenação coletiva. Considera-se a gestão pedagógica como ponto de diálogo entre o professor e direção, uma vez que acredita na necessidade do comprometimento do professor na garantia da eficiência e do sucesso que se pretende, além de buscar a formação integral do aluno. O aluno é considerado em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito corpóreo, com afetos e inserido num contexto de relações. É preciso haver integralidade e atenção para todas as dimensões humanas, equilibrando aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais. Neste sentido, a aprendizagem acontece ao longo de toda a vida e a escola precisa considerar que os alunos são sujeitos inteiros, com todas as suas vivências e aprendizagens. Isso significa aprender o que é proposto no currículo, porém, com diálogo a partir de interesses comuns.



- **Currículo em Movimento**

O Currículo é um documento norteador de todas as atividades propostas e desenvolvidas no âmbito da educação escolar. Segundo Sacristán (2000), o currículo diz respeito à realização dos fins sociais e culturais que devem ser introduzidas na educação, contribuindo para o desenvolvimento do modelo educativo. Ou seja, o planejamento do currículo deve ocorrer em conjunto, envolvendo a comunidade escolar, alunos, pais, professores e funcionários a fim de alcançar objetivos propostos. Nesse sentido, o autor supracitado nos permite compreender que o currículo é o documento que rege o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem nas escolas, e o professor é o profissional capacitado para desenvolver uma prática que objetive um ensino de qualidade e uma aprendizagem coerente com a realidade da sociedade em que o aluno se encontra. Dessa forma, observamos a importância da participação do professor na organização do currículo escolar, tendo em vista que ele conhece as necessidades específicas de cada aluno. Segundo o PCN de história (1997), no processo de ensino e aprendizagem o professor deve utilizar diferentes meios de pesquisa, com o apoio de recursos didáticos como fotografias, mapas, filmes, depoimentos, edificações e objetos de uso cotidiano. Assim, o professor pode aproximar os alunos da história existente por meio de situações que retratam a realidade do passado, facilitando a compreensão e aprendizagem dos alunos.

- **(BNCC) Base Nacional Comum**

A Introdução da BNCC traz o seguinte texto: A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica [..]” (BNCC EI-EF, 2018, p.7). Assim sendo, é um documento oficial que tem o intuito de definir objetivos e de aprendizagem, visando oportunizar uma educação de qualidade para todos. Ainda na BNCC o então Ministro da Educação, Rossielle Soares da Silva traz a seguinte afirmação: “Elaborada por especialistas de todas as áreas do conhecimento, a Base é um documento completo e contemporâneo,



que corresponde às demandas do estudante desta época, preparando-o para o futuro. [...] A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. ” (BNCC EI-EF, 2018, p.5). Nesse sentido, é um documento que vem com o intuito de atualizar as demandas da educação e reforça a importância da formação continuada da equipe docente como fator principal para proporcionar uma educação de qualidade. Em síntese, a BNCC aponta que a Educação Básica brasileira deve promover a formação e o desenvolvimento humano global dos alunos, para que sejam capazes de construir uma sociedade mais justa, ética, democrática, responsável, inclusiva, sustentável e solidária.

- **Temas Transversais**

Nos últimos 20 anos, desde a década de 97, vêm-se consolidando a proposta de uma educação voltada para a cidadania como princípio norteador de aprendizagens. Essa proposta orientou, portanto, a inserção de questões sociais como objeto de aprendizagem e reflexão dos alunos. A inclusão das questões sociais no currículo escolar não é uma preocupação inédita, pois essas temáticas já vinham sendo discutidas e incorporadas às áreas das Ciências Sociais e da Natureza, chegando mesmo, em algumas propostas, a constituir novas áreas, como o caso dos temas Meio Ambiente e Saúde. Apesar de os Temas Transversais não serem uma proposta pedagógica nova, com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em dezembro de 2017, e na etapa do Ensino Médio, em dezembro de 2018, eles ampliaram seus alcances e foram, efetivamente, assegurados na concepção dos novos currículos como Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Na educação brasileira, os Temas Transversais foram recomendados inicialmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, acompanhando a reestruturação do sistema de ensino. Em 2017, com a aprovação da BNCC, os diversos temas de grande relevância social, apesar de ainda não detalhados na sua forma de implantação, permaneceram contemplados como assuntos transversais e integradores de uma educação que busca uma sociedade mais justa, igualitária e ética, pois elevam o trabalho educativo para além do ensino de conteúdos científicos. Para Moraes, entre outros (2002), a abordagem atual dos Temas Contemporâneos Transversais pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, pois tais estudos permitem a apropriação de conceitos, mudanças de atitudes e procedimentos onde cada estudante participará de forma autônoma na construção e melhorias da comunidade em que se insere. A primeira mudança, como já mencionado, diz respeito à nomenclatura,



em que os Temas Transversais passaram a ser chamados também de Contemporâneos. A inclusão do termo ‘contemporâneo’ para complementar o ‘transversal’ evidencia o caráter de atualidade desses temas e sua relevância para a Educação Básica, por meio de uma abordagem que integra e agrega permanecendo na condição de não serem exclusivos de uma área do conhecimento, mas de serem abordados por todas elas de forma integrada e complementar. A segunda mudança diz respeito à ampliação dos temas, enquanto os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) abordavam seis Temáticas, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta seis macros áreas temática (Cidadania e Civismo, Ciência e Tecnologia, Economia, Meio Ambiente, Multiculturalismo e Saúde) englobando 15 Temas Contemporâneos² “que afetam a vida humana em escala local, regional e global” (BRASIL, 2017, p. 19). Nesse sentido, os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) de forma integrada podem instrumentalizar os estudantes para um maior entendimento da sociedade em que vivem. Na BNCC, os TCTs foram ampliados para quinze, distribuídas em seis macros áreas temáticas, dispostas na imagem a seguir:



Algumas dessas temáticas são trabalhadas no projeto aconchego da equipe de apoio, conforme plano de ação apresentado neste documento. Outras temáticas são inclusas no planejamento mensal e trabalhadas diariamente em sala de aula, principalmente por meio de histórias literárias do projeto de leitura. Além das temáticas aprovadas como Lei Distrital no Calendário Escolar Anual.



12. Organização do Trabalho Pedagógico da Unidade Escolar

- **Ciclos e semestres**

A organização curricular em ciclos pressupõe outra concepção de aprendizagem e de avaliação que traz desdobramentos significativos à reorganização dos tempos e espaços escolares, além de exigir novas práticas e novas posturas da equipe escolar.

A Secretaria de Educação do DF propõe os ciclos como alternativa à organização escolar seriada, com base na LDB 9.394/96 com a perspectiva de fortalecer a escola pública na busca da construção de uma educação de qualidade.

A Escola Classe 831 de Samambaia aderiu à organização escolar em ciclos no ano de 2013 por entender que esta organização possibilita aos estudantes, um tempo maior de aprendizagem, considerando suas especificidades e atendendo às suas diferenças individuais. Pretendeu-se incorporar uma nova concepção de aprendizagem, que agregasse valor formativo aos conteúdos escolares, respeitando os percursos individuais na busca de uma escola pública democrática e de qualidade social. A SEEDF propõe um currículo que supere a visão do currículo coleção, onde os conteúdos eram organizados de forma isolada, as disciplinas não interagem e é dado mais valor a um conteúdo em detrimento de outro. O desafio desta Secretaria de Educação é sistematizar e programar uma proposta de Currículo Integrado em que os conteúdos mantêm uma relação aberta entre si, podendo haver graus de interação (BERNSTEIN, 1977). Esses conteúdos podem ser desenvolvidos a partir de ideias ou temas selecionados pelas escolas e em permanente mudança em torno dos eixos transversais: Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Diversidade, Educação para a Sustentabilidade, além dos eixos integradores indicados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para cada etapa/modalidade/ciclo. (SEEDF, Currículo em movimento, 2014, p. 65).

Nesse sentido, a Escola Classe 831 organiza sua proposta curricular de forma a integrar as disciplinas, ligando-as ao contexto social vivenciado pelos estudantes, buscando que os mesmos reflitam de forma crítica sobre sua realidade. O conhecimento teórico não é visto como algo acabado, ele precisa sempre está criando a unicidade entre a teoria e a prática. O professor precisa integrar e contextualizar os conteúdos de forma interdisciplinar.

1º ciclo: Educação Infantil

Do ponto de vista legal, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos e onze meses de idade em seus



aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade (Lei n.º 9.394/96, Art. 29). Portanto, as instituições que ofertam a Educação Infantil devem assegurar a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. As práticas pedagógicas devem potencializar a compreensão do mundo feita pela totalidade de seus sentidos, no conhecimento que se constitui na relação intrínseca entre razão e emoção, expressão corporal e verbal, experimentação prática e elaboração conceitual.

2º ciclo: Ensino Fundamental - Anos Iniciais

A Lei nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, ampliando a escolaridade mínima de 08 (oito) para 09 (nove) anos no Ensino Fundamental. Com essa reorganização, os sistemas de ensino tiveram que criar novo currículo e nova proposta pedagógica que proporcionassem às crianças de 06 (seis) anos usufruir o direito à educação, em um contexto mais voltado para a alfabetização e letramento (DCN, 2013). Para além do cumprimento de uma exigência legal, essa lei vem garantir o direito das crianças, especialmente daquelas que não tiveram oportunidades anteriores nas instituições educativas. Dessa forma, objetivando atender aos dispositivos legais e conscientes de que a aprovação de uma lei, por si só, não garante a melhoria da qualidade da alfabetização oferecida aos estudantes das unidades escolares, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) antecipou-se ao restante do país e implantou, em 2005, o Bloco Inicial de Alfabetização¹ (BIA), inserindo o estudante a partir dos 06 (seis) anos de idade no Ensino Fundamental e apresentando proposta de trabalho pedagógico inovador voltado à alfabetização e ao letramento pleno e proficiente dos estudantes até o término do BIA (3º ano). Em 2013, o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), pelo Parecer 225/2013, aprovou o projeto de organização escolar em ciclos para os 4º e 5º anos. A rede pública de ensino do Distrito Federal universalizou a implantação do Bloco Inicial de Alfabetização desde o ano de 2008 em todas as unidades escolares que ofertam a alfabetização e iniciou no ano de 2013 a implantação gradativa do 2º Bloco (4º e 5º anos) por meio da adesão esclarecida e voluntária das escolas. A organização escolar em ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental é a seguinte: 1º Bloco – Bloco Inicial de Alfabetização (três primeiros anos do Ensino Fundamental); 2º Bloco – 4º e 5º anos.



- **Relação escola – comunidade**

A Escola Classe 831, busca promover uma maior interação com a comunidade escolar e principalmente com o segmento familiar. Dessa forma, os projetos propostos desenvolvem-se com a participação e envolvimento de todos os segmentos dessa comunidade, com vistas a alcançar os objetivos da Proposta Pedagógica. Buscando maneiras em associar o acesso e a permanência dos alunos na escola com parcerias na comunidade de forma a alcançar o sucesso. Tendo em vista que para Mittler (2003, p.210): Pais e mães são os primeiros, os principais e os mais duradouros educadores de suas crianças. Quando pais e profissionais trabalham juntos durante a infância, os resultados têm um impacto positivo no desenvolvimento da criança e na sua aprendizagem. Então, cada etapa do desenvolvimento deve buscar uma parceria efetiva com os pais.

Portanto, compreende-se a importância de planejar e propor momentos de escuta e orientação aos familiares dos estudantes para que escola e família caminhem juntas e favoreçam o processo de ensino e aprendizagem de cada criança respeitando sua individualidade.

- **Metodologia de Ensino Adotada**

Em outras palavras, a metodologia de ensino compreende todas as ferramentas que os educadores utilizam para transmitir os seus conhecimentos aos alunos, respeitando a especificidade de cada aluno. Cada professor utiliza um método para tal, em busca da melhor forma de motivar crianças e jovens, direcionando-os ao aprendizado. Para tanto, são realizados os diagnósticos por meio de rodas de conversa, atividades, projetos para que se identifiquem as necessidades globais de cada estudante, visando contribuir para o seu desenvolvimento holístico.

Souza (2007, p 112-113) destaca: Utilizar recursos didáticos no processo de ensino-aprendizagem é importante para que o aluno assimile o conteúdo trabalhado, desenvolvendo sua criatividade, coordenação motora e habilidade de manusear objetos. Desse modo, as metodologias adotadas são recursos audiovisuais, recursos concretos com jogos educativos, atividades impressas, livros didáticos, obras literárias infantis, fichas de leitura, percursos e brincadeiras motoras, entre outros.

- **Equipe de professores**

Como regulamentado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. - TÍTULO VII DO CORPO DOCENTE CAPÍTULO I - Art. 301. O Corpo Docente da unidade escolar é constituído por professores legalmente habilitados e pertencentes à Carreira Magistério Público do Distrito Federal.



Parágrafo único. Podem, ainda, atuar, em caráter de substituição, professores não pertencentes à Carreira Magistério Público, para atendimento a situações emergenciais ou de excepcional ausência de professor titular, contratados temporariamente com base na legislação vigente. O não cumprimento dos deveres por parte do professor acarretará penalidades previstas na legislação vigente, garantindo-lhe o direito do contraditório e da ampla defesa. A equipe de professores é de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem, pois são eles os responsáveis por transmitir conhecimentos e habilidades aos alunos. Além disso, os professores trabalham em conjunto para desenvolver e programar planos de ensino, avaliar o desempenho dos alunos e identificar áreas de melhoria na educação. A equipe de professores também é responsável por criar um ambiente de aprendizagem positivo e motivador, onde os alunos se sintam confortáveis para fazer perguntas, compartilhar ideias e aprender uns com os outros. Eles também podem ser responsáveis por atividades extracurriculares, como clubes e grupos de estudo, que ajudam a desenvolver habilidades sociais e intelectuais dos alunos.

Além disso, tem um papel importante na comunidade escolar, trabalhando em conjunto com pais e administradores para garantir que a educação seja de alta qualidade e atenda às necessidades dos alunos. Em resumo, a equipe de professores é essencial para o sucesso dos alunos e para o desenvolvimento de uma educação de qualidade.

13. Apresentação dos Programas e Projetos Institucionais Desenvolvidos na Unidade Escolar

• PROGRAMA SUPERAÇÃO

Coordenação Regional de Ensino (CRE):	Samambaia
Unidade Escolar (UE):	Escola Classe 831 de Samambaia Norte
Responsável pelo projeto na UE:	Supervisão Pedagógica
Responsável pelo acompanhamento do projeto na CRE:	Coordenador Intermediário
Quantidade de estudantes participantes	13 estudantes
Cronograma	Anual

➤ DADOS DO PROJETO SUPERAÇÃO



Justificativa do Projeto	<p>A Educação Brasileira prevê que o estudante conclua sua trajetória escolar básica até os 17 anos. Contudo, quando o estudante passa por situação de reprovação ou abandono por dois anos ou mais, durante sua escolarização, precisa repetir um ano e, mesmo que dê continuidade aos estudos, ele se encontrará em situação de incompatibilidade idade/ano, considerando a defasagem nas aprendizagens em relação à faixa etária adequada a cada ano escolar. A incompatibilidade idade/ano é vista como fenômeno multicausal e que produz diferentes impactos na vida dos estudantes. O percurso escolar descontinuado contribui para o afastamento definitivo dos estudantes das salas de aula. Assim, com o intuito de solucionar a questão da incompatibilidade idade/ano, esta Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF apresenta o PROGRAMA SUPERARÇÃO: Atendimento aos Estudantes em Situação de Incompatibilidade Idade/Ano, para atender estudantes com dois ou mais anos de atraso em relação ao ano escolar esperado do ensino fundamental. O Programa objetiva contribuir para a recuperação e a progressão das aprendizagens, possibilitando, a esses estudantes, a reconstrução das suas trajetórias escolares e proporcionando o fluxo escolar adequado para todos com sucesso. O PROGRAMA SUPERARÇÃO foi aprovado pela Portaria n.º 133, de 15 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal n.º 34, de 16 de fevereiro de 2023, com base no disposto no Parecer n.º 001/2023, do Conselho de Estado de Educação do Distrito Federal, conforme Processo SEI 00080-00273609/2022-21.</p>
Objetivo Geral do Projeto	<ul style="list-style-type: none">• Reconstruir as trajetórias escolares dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano matriculados no ensino fundamental da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, levando-os ao fluxo escolar com sucesso.
Objetivos Específicos do Projeto	<ul style="list-style-type: none">• Identificar e acolher os estudantes fora do fluxo desejado para o ensino fundamental.• Sensibilizar os profissionais da educação sobre a importância do desenvolvimento de propostas pedagógicas que minimizem os atrasos



	<p>escolares.</p> <ul style="list-style-type: none">● Implementar Organização Curricular que contemple a recuperação das aprendizagens essenciais, considerando a BNCC e o Currículo em Movimento.● Proporcionar prática pedagógica que vislumbre a recuperação e consolidação das aprendizagens.● Contribuir para a recuperação das aprendizagens dos estudantes.● Possibilitar a progressão escolar e o avanço das aprendizagens.● Garantir a correção do fluxo escolar em, no mínimo, dois anos escolares, para os estudantes atendidos pelo SuperAção.● Realizar acompanhamento formativo e sistemático das ações das unidades escolares que envolvam os estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.
Metas	<ul style="list-style-type: none">● Atender, por meio do Programa SuperAção, 100% dos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.● Possibilitar acompanhamento formativo e sistemático a 100% das unidades escolares que atendem estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano.
Ações e intervenções realizadas pela UE para contribuir com a recuperação das aprendizagens	<ul style="list-style-type: none">● Mediados pelo diagnóstico identificamos e mapeamos os estudantes com incompatibilidade idade/ano.● Realizamos o planejamos das atividades que serão desenvolvidas com os estudantes para oportunizar a progressão ou avanço no escolar.● A forma de atendimento desses estudantes será em classe comum com atendimento personalizado. Cada turma possui dois ou mais estudantes.● As intervenções acontecerão de forma individualizada com atividades de acordo ao nível de aprendizagem dos estudantes. No entanto, os estudantes a depender das atividades podem trabalhar em duplas, por meios de jogos, leitura comentada, interpretações musicais, avaliações orais e exposições dialogadas.



	<ul style="list-style-type: none">• Será proposta a organização de portfólios para o acompanhamento das aprendizagens tanto pelo estudante como pelo professor. Constituindo também recurso avaliativo.
Estratégias adotadas pela unidade escolar para a mitigação da infrequência escolar	<ul style="list-style-type: none">• Apresentar aos Pais e estudantes o Projeto Superação;• Conscientizar os envolvidos da importância e participação do projeto para a recuperação das aprendizagens;• Realizar o acompanhamento de frequência dos estudantes junto a Orientação Escolar;

• PROGRAMA ALFALETRANDO

O PROGRAMA ALFALETRANDO foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), Decreto nº 45.495 encontra-se na fase de implementação nas escolas da rede pública do Distrito Federal. O objetivo principal do programa é promover a alfabetização e o letramento de crianças, visando a melhoria da qualidade da educação básica no território do DF. Para o ano de 2024, a expectativa é a implementação do Programa em todas as unidades escolares que oferecem o 1º e 2º ano do ensino fundamental, concentrando esforços no processo inicial de alfabetização. A iniciativa surge como uma resposta assertiva às demandas educacionais do Distrito Federal, e busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O Programa abrange a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita. A secretária de Educação, Hélvia Paranaguá, explica que o programa é um dos focos da gestão para o ano letivo de 2024. “Nós pactuamos, ano passado, com o Ministério da Educação, alguns programas nacionais e nosso carro-chefe é o Alfaletando, que é um programa construído pelos professores da Secretaria de Educação, que é de alfabetização na idade certa, para que as crianças sejam alfabetizadas até o segundo ano, dos anos iniciais”.

Para os anos seguintes, a perspectiva é estender as ações do Programa para os demais anos do 2º ciclo, abrangendo um espectro mais amplo de estudantes e consolidando os avanços já conquistados. O programa contará com uma abordagem pedagógica inovadora, utilizando recursos e práticas educacionais modernas para estimular o interesse e a participação dos estudantes. A subsecretária da



Educação Básica da Secretaria de Educação do DF, Iêdes Braga, destacou a importância do Programa Alfabizando para a comunidade escolar. “*O programa representa um avanço significativo para a educação básica da nossa cidade. Ao investir na alfabetização e letramento, estamos construindo as bases para um futuro educacional sólido e preparando nossas crianças e adolescentes para enfrentar os desafios do século XXI*”, afirma a gestora. O Alfabizando é estruturado em cinco eixos norteadores que orientam suas ações: gestão e governança, acompanhamento pedagógico e formação continuada, avaliação, infraestrutura física e pedagógica, e boas práticas.

- **PROJETO PLENARINHA**

O Projeto Plenarinha teve início no ano de 2013, com o objetivo de fortalecer o protagonismo das crianças na Primeira Infância e torná-las partícipes na elaboração da primeira versão do Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil (2014). A experiência prosperou e, no decorrer dos anos seguintes, os temas foram escolhidos em consonância com o Currículo e com a intenção de participação efetiva das crianças, suscitando o desenvolvimento de novas políticas e a organização do trabalho pedagógico para a Educação Infantil, considerando as crianças e suas relações sociais no centro do processo educativo.

Objetivos: Possibilitar às crianças da Educação Infantil o exercício de cidadão ativo, por meio da escuta sensível; garantir, simultaneamente, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento bem como a proposição de experiências educativas a partir dos campos de experiências.

Público-alvo: Educação Infantil e 1º anos.

Ações: Promover a aproximação, envolvimento e encantamento das crianças com o mundo das histórias de modo que elas possam conhecer, ouvir, sentir, contar, imaginar e criar suas próprias histórias, por meio de brincadeiras e demais atividades. É desenvolvido ao longo do ano letivo com atividades que contemplem todas as linguagens artísticas, realizadas no âmbito da unidade escolar.

- **PROJETO: O BRINCAR COMO DIREITO DOS BEBÊS E DAS CRIANÇAS**

O ato de brincar, estabelecido como ferramenta de aprendizagem das crianças, está descrito no Currículo em Movimento do Distrito Federal, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil-DCNEI (2009), como um direito que deve ser garantido desde os bebês às crianças pequenas, no exercício das atividades educativas, sobretudo nas instituições que trabalham com as



infâncias. Tal como direito, o brincar enquanto ação, compreendido como brincadeira, encontra-se de mãos dadas ao eixo das interações enquanto elemento basilar da prática pedagógica na Educação Infantil. Tais eixos, interações e brincadeira, encontram-se também na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, enfatizando sua necessidade e importância. O Currículo em Movimento do DF – Educação Infantil (DISTRITO FEDERAL, 2018a, p. 31), ancorado na Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky, afirma que o “brincar” é uma ação simbólica essencialmente social, que depende das expectativas e convenções presentes na cultura. Dessa forma, o Currículo em Movimento do DF atenta para a premissa de seu escopo teórico quando afirma que ninguém nasce sabendo brincar, pois tal atividade surge da vida em sociedade, seja na família, em casa e/ou em variados grupos sociais aos quais as crianças pertençam, seja nas instituições de Educação Infantil.

Objetivos: Proporcionar e auxiliar o desenvolvimento cognitivo, motor, criativo e social da criança. Por meio dos brinquedos, as crianças também estimulam a imaginação e trabalham as vivências. Experimentar, fruir e recriar diferentes brincadeiras e jogos da cultura popular presentes no contexto comunitário e regional, reconhecendo e respeitando as diferenças individuais de desempenho de cada um.

Público-alvo: Educação Infantil.

Ações: Na Educação Infantil, a brincadeira, além de eixo estruturante das práticas curriculares e pedagógicas, é direito das crianças e meio pelo qual elas aprendem e se desenvolvem. Os professores deem refletir a sua prática e organização pedagógica durante todo ano letivo.

Ações: Os docentes e demais profissionais durante todo ano letivo aproveitar o momento das refeições para conversar, estreitar laços, celebrar, tomar consciência sobre aromas, sabores e cores. Assim, favorecer o desenvolvimento das atividades de forma lúdica e dinâmica.

14. Apresentação dos Projetos Específicos da Unidade Escolar

Faz-se necessário pontuar a importância de ofertar um currículo com partes diversificadas a fim de possibilitar vivências pedagógicas mais significativas para o estudante de modo a estimulá-lo, a envolver-se com a construção do próprio conhecimento por meio de experiências curriculares contextualizadas, da promoção de experiências sociais com temas e situações problema presentes na sua realidade, aprofundando e alargando a compreensão crítico-reflexiva de si próprios e do seu mundo.



Assim sendo, nossos projetos basearam se na organização do Calendário Anual Escolar da SEEDF, pelas semanas aprovadas em Lei Distrital.

- **Projeto de Leitura: Ler e Escrever que prazer**
- **Projeto: Hora Cívica**
- **Projeto cultural das tradições das festas juninas**
- **Projeto de Transição**
- **Projeto Círculo Formativo (UNB) – Formação Continuada**
- **Projeto Atividades Extras Curriculares**

15. Avaliação dos Processos de Ensino e de Aprendizagem: Concepções e Práticas

- **Avaliação para aprendizagens**

A avaliação de todo o processo educacional assume um papel relevante na execução do Projeto Político Pedagógico, sendo elemento para tomada de decisões e efetivação de estratégias na busca dos objetivos. A concepção adotada pela escola é a avaliação formativa, contínua e qualitativa. O professor, considerando sua autonomia pedagógica, porém observando as normas contidas no Regimento Escolar e as Diretrizes Pedagógicas e Operacionais desta SEEDF, deverá aplicar atividades/avaliações de acordo com o seu planejamento. Nesse sentido, todos os espaços são utilizados para avaliação dos estudantes, bem como em sala de aula, na biblioteca, na recreação, em passeios, realizando atividades externas, brincadeiras em grupo, rodas de conversa, atividades no caderno e no livro, atividades com recursos concretos, pesquisas. Observando o conhecimento de mundo e os avanços obtidos na leitura, ditado, mapeamento ortográfico, estruturação e produção textual, psicogênese, oralidade, letramento, cálculo mental, e ainda os avanços motores, tendo em vista que a educação visa formar o aluno de forma integral para que se forme um cidadão participativo e crítico. A avaliação tem o objetivo aperfeiçoar não só a aprendizagem, mas também a prática pedagógica, visando alcançar o exercício consciente da cidadania de forma que o aluno possa transformar sua realidade. Para tanto, todos os membros da escola devem estar comprometidos profissionalmente, para que as transformações ocorram, tendo o planejamento como marco referencial das ações e, ao mesmo tempo, como indicativo da linha que queremos traçar. E com as transformações, passar da teoria à ação, revertendo as possíveis divergências entre o discurso da escola e a prática profissional da educação.



- **Avaliação em larga Escala**

A avaliação de larga escala, externa, tem objetivos mais amplos e atingem a uma população mais extensa que a avaliação de aprendizagem em sala de aula. Esta, por sua vez, pode apresentar análises mais profundas e mais consequentes para as práticas pedagógicas. A EC 831 de Samambaia Norte apresentou uma variação positiva de 0,3 no IDEB de 2021 alcançando assim a meta estipulada de 5.9. Já na Avaliação Diagnóstica Inicial de 2023 participaram os estudantes dos 3º, 4º e 5º anos da unidade escolar e, foram detectadas fragilidades e potencialidades de cada ano, nos proporcionando uma reflexão em equipe acerca do fazer pedagógico e dos projetos.

- **Avaliação Institucional da Unidade Escolar**

Para avaliação institucional esta unidade escolar busca ofertar momentos de escuta dos seus profissionais nos momentos de coordenações coletivas, reuniões extraordinárias, para ouvir suas demandas, proporem ajustes e buscar soluções junto à equipe, objetivando um ambiente de trabalho adequado às suas necessidades. Tais ações visam nortear os trabalhos da Equipe Gestora e da comunidade escolar em sua amplitude e verificar o êxito dos objetivos e metas aos quais nos propusemos a desenvolver. Faz-se necessário pontuar que as práticas avaliativas cabem não só a Equipe Gestora, mas também a toda comunidade escolar.

- **Conselho de Classe**

Conforme regulamentado no Regimento Escolar - Art. 29 - O Conselho de Classe é órgão colegiado integrante da Gestão Democrática e se destina a acompanhar e avaliar o processo de educação, de ensino e das aprendizagens. Assim, o conselho de classe é um momento de reflexão da prática pedagógica, onde se pode avaliar o trabalho realizado, os resultados obtidos. E repensar, replanejar a partir das experiências obtidas. É também um espaço para compartilhar experiências bem-sucedidas e experiências que precisam ser aprimoradas. Todo esse processo é importante para que os objetivos de aprendizagem propostos sejam alcançados e reavaliados. As reuniões do Conselho de Classe desta unidade escolar acontecem uma vez por bimestre e participam do conselho todos os docentes de cada turma, a diretora, vice-diretora, supervisora pedagógica, coordenadoras, chefe de secretaria, orientadoras educacionais e a pedagoga. Os conselhos são organizados por segmentos dos anos iniciais, educação infantil e classe especial. Após os conselhos os dados coletados são compartilhados com toda a equipe docente para que todos possam ter acesso às sugestões e propostas de intervenções trazidas pelos membros do conselho.



16. Papéis e Atuação

- **Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA)**

Conforme Art. 122 do Regimento Escolar da SEEDF entende-se por Equipe de Apoio a integração dos três Serviços de Apoio aos estudantes na unidade escolar: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Orientação Educacional e Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, que atuarão de forma integrada e fundamentada teórica metodologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural. Neste cenário atual contamos com o efetivo trabalho apenas de duas Orientadoras.

- **Orientação Educacional – OE**

A Orientação Educacional é o serviço especializado, desempenhado pelo Pedagogo-Orientador Educacional, para o acompanhamento e o apoio dos profissionais da educação, dos estudantes, seus familiares e articulação da comunidade escolar e da rede externa (rede social ou rede de apoio), quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam, conforme regulamentado pelo Regimento Escolar da SEEDF. Em nossa unidade escolar contamos com duas orientadoras que promovem e participam do Desenvolvimento do Projeto Aconchego, além do acompanhamento da frequência escolar e da busca ativa, parceria com a UBS 11 com aplicação de medicação para o combate a pediculose, campanha do Outubro Rosa; Encaminhamento de estudantes em situação de violência, negligência, abuso e infrequentes para o Conselho Tutelar visando à garantia dos direitos do estudante; Conduzem os estudantes com suspeitas de problemas de visão para ONG'S parceiras; Participação nos conselhos de classes de todas as turmas com escuta sensível dos professores; Atendimento as famílias individualmente para orientar sobre a sua importância no processo de ensino e aprendizagem do estudante; Acompanhamento dos professores de forma coletiva e individual atendendo ao princípio da educação integral, com suporte e apoio na resolução de suas queixas referentes os estudantes; Planejamento de forma coletiva e articulada de ações para superação de situações problema e desafios identificados na análise e na implementação dos dados da realidade escola.

- **Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos (AEE/ SR)**

Conforme o Regimento Escolar da Rede Pública da Secretária de Educação do DF dispõe o Art. 130. O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por professor especializado, que suplementa, no caso de estudantes com Altas



Habilidades/Superdotação, e complementa no caso de estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. A EC 831 dispõe do espaço, mas não possui um profissional especializado para o atendimento prioritário aos estudantes. Neste caso os estudantes são encaminhados para o atendimento em outra unidade escolar para que o aluno receba o seu atendimento especializado de direito por Lei.

- **Profissionais de apoio escolar: Monitor, Educador Social Voluntário e Jovem Candango.**

O Programa Educador Social Voluntário – ESV – tem como objetivo oferecer auxílio às atividades de Educação em Tempo Integral, do Ensino Fundamental e Educação Infantil, e aos estudantes da Educação Especial. Os voluntários atuam nas unidades escolares sob orientação das equipes gestoras, cumprindo com responsabilidade, pontualidade e assiduidade suas obrigações junto ao Programa. Regido pela Lei Distrital nº 3.506/2004 e pelo Decreto Distrital nº 37.010/2015, o Educador Social Voluntário tem suas funções definidas em Portaria própria publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação. Ressalta-se que os números de educadores sociais são insuficientes para a nossa unidade escolar, pois contamos com onze turmas de Classe Comum Inversa e nossa unidade escolar recebeu apenas sete voluntários.

Monitor de Gestão Educacional da Carreira Assistência a Educação

A carreira Assistência à Educação do Distrito Federal, criada pela Lei nº 83, de 29 de dezembro de 1989, de suporte técnico-administrativo ou pedagógico, fica reestruturada na forma desta Lei. Dispõe das atribuições do Monitor de Gestão Educacional: suporte operacional às atividades de cuidado, higiene e estímulo de crianças no âmbito de competência da Secretaria de Estado de Educação.

O **Jovem Candango** é um Programa do Governo do Distrito Federal (GDF) que visa promover a formação técnico-profissional metódica, por meio de atividades práticas e teóricas, compatíveis com o desenvolvimento físico, moral e psicológico do aprendiz, incorporando a aprendizagem à Administração Pública, promovendo a convivência e fortalecimento de vínculos e garantindo a promoção da integração dos jovens ao mercado do trabalho.



- **Conselho Escolar**

Conforme o Art. 23. Do Regimento Escolar em cada unidade escolar pública do Distrito Federal, funcionará um Conselho Escolar, órgão de natureza consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, deliberativa e representativa da comunidade escolar, regulamentado pela SEEDF. Parágrafo Único. O Conselho Escolar será composto por, no mínimo, cinco e, no máximo, vinte e um conselheiros, conforme quantidade de estudantes da unidade escolar prevista em legislação vigente.

Membro Nato	
Eliege Silveira de Moraes	
Presidente	Vice-Presidente
Aurinete Benta da Silva	Adriano Lira Costa
Segmentos Pais	
<ul style="list-style-type: none">• Ana Rakel Monteiro Machado• Leidjane da Silva Almeida• Júlio César Costa da Mota	
Carreira Magistério	
Aurinete Benta da Silva	Secretaria do Conselho escolar
	Itamara Araújo Freitas Silveira
Carreira Assistência	
Adriano Lira Costa	

- **Coordenação Pedagógica**

Conforme o Art. 119, do Regimento Escolar da SEEDF a Coordenação Pedagógica constitui-se em um espaço-tempo de reflexões sobre os processos pedagógicos de ensino e de aprendizagem e formação continuada, tendo por finalidade planejar, orientar e acompanhar as atividades didáticas pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico - PPP. As ações devem contemplar a implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF em vigor.



- **Papel e atuação do Coordenador Pedagógico na Unidade Escolar**

Cabe ao Coordenador Pedagógico articular ações que garantam a realização da Coordenação Pedagógica. Sabemos da importância do coordenador pedagógico e do seu papel significativo no processo educativo, uma vez que atua como articuladora do trabalho em conjunto com todos os professores, auxiliando no aperfeiçoamento das aulas e contribuindo para o melhor desempenho dos alunos. O coordenador pedagógico, portanto, atua na direção de promover junto aos professores a definição dos conteúdos curriculares e as melhores estratégias de ensino-aprendizagem, sistematizar um Plano de Ação, contendo o cronograma de aulas, contemplando a Matriz Curricular, preparar materiais específicos, tais como: analisar os conteúdos previstos e as metodologias adotadas refletindo sobre os objetivos, metodologias, práticas, avaliações, o que se desdobra em ações que permitem que a escola alcance seus objetivos gerais e específicos. A atribuição prioritária do coordenador pedagógico é prestar assistência didática aos professores em suas respectivas disciplinas. Mas, além disso, também atuar no relacionamento com os pais e a comunidade, “especialmente no que se refere ao funcionamento pedagógico-curricular e didático da escola e comunicação e interpretação da avaliação dos alunos”. (LIBÂNEO, 2001, p. 5). Atualmente a escola dispõe de duas coordenadoras pedagógicas. Uma atende todo o Bloco De Alfabetização e a outra os 4º e 5º anos. Esta divisão ocorre devido à organização do turno de cada segmento. Apresentamos um cenário em que a Supervisora pedagógica desempenha o papel de coordenadora da educação infantil e a Vice-diretora acompanha a Classe Especial. A equipe docente, pedagógica, gestora e o conselho escolar assinaram em ata esta formação visando um trabalho mais efetivo e de acompanhamento à recuperação das aprendizagens e uma educação inclusiva.

- **Desenvolvimento da Coordenação Pedagógica**

Gerar um momento semanal para troca de experiências, estudos e preparação de atividades entre os professores, visando à melhoria de qualidade do processo, com base nos parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Educação; Organizar estudos pertinentes ao trabalho da escola; Promover o trabalho coletivo e unidade de planejamento; Gerar maior integração e empatia entre os professores; Estabelecer estratégias eficientes para sanar dificuldades na aprendizagem; Favorecer a troca de ideias e sugestões do grupo; Realização de estudos; Realização de dinâmicas; Discussão e avaliação da Proposta Pedagógica e sua implementação; Elaboração de projetos a serem executados pela UE; Avaliação do trabalho desenvolvido pela UE. A Coordenação Pedagógica Coletiva acontece às terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, havendo atendimentos específicos a cada segmento dos anos iniciais; educação infantil e classe especial para planejamento mensal das atividades.



- **Valorização e formação continuada dos profissionais da educação**

A formação continuada é o segundo elemento constitutivo da organização escolar em ciclos. No DF, a formação continuada dos profissionais da educação deve contribuir para a melhoria dos processos de ensinar, aprender, pesquisar e avaliar. A formação continuada dos docentes ocorre ao longo de toda a vida profissional e não deve ser encarada como um complemento para suprir lacunas e fragilidades teórico metodológicas, mas como um repensar permanente da prática pedagógica no contexto do cotidiano escolar, à luz dos estudos e pesquisas. Rudduck (1991) refere-se ao desenvolvimento profissional docente como uma atitude permanente de indagação, de questionamento e busca de soluções para as questões complexas que emergem no exercício da docência. Nesse sentido, faz-se necessário reavaliar a prática pedagógica por meio de rodas de conversa, formação continuada para que sejam realizadas adaptações ao processo de ensino e aprendizagem. Assim, a utilização do espaço da coordenação coletiva para formação continuada proporciona ao grupo a aquisição de conhecimentos, bem como o entendimento dos documentos que direcionam a prática no âmbito da Secretaria de Estado de Educação. A escola tem parceria com a UNB em Círculos Formativos de Cursos de extensão (desde 2017), formações com profissionais da SEDF acerca de temáticas que norteiam o trabalho pedagógico e vão a nossa escola, bem como a participação dos cursos ofertados pela EAPE, jornadas pedagógicas, fóruns, entre outros.

- **Organização do Trabalho Administrativo da Unidade Escolar**

A organização do trabalho administrativo da unidade escolar é fundamental para o bom funcionamento da instituição de ensino. Algumas das principais atividades que devem ser realizadas pelos gestores escolares para garantir uma gestão eficiente são: Definir uma estrutura organizacional clara, com atribuições e responsabilidades bem definidas para cada membro da equipe; Estabelecer um fluxo de comunicação eficiente, para que as informações sejam transmitidas de forma clara e rápida entre os membros da equipe e com os pais e alunos; Desenvolver um plano de trabalho anual, com objetivos e metas a serem alcançados, e monitorar o seu cumprimento; Gerenciar os recursos financeiros da escola, buscando sempre a melhor utilização dos recursos disponíveis; Realizar a gestão de pessoas, buscando a valorização e o desenvolvimento dos profissionais da escola; Garantir a manutenção e conservação das instalações físicas da escola, para que os alunos e professores tenham um ambiente adequado para o aprendizado; Promover a participação dos pais e alunos na vida escolar, por meio de reuniões, eventos e outras atividades que possam envolver a comunidade escolar.



- **Secretaria Escolar**

Objetivos: Organizar, sistematizar, registrar e documentar todos os registros das atividades didático-pedagógicas da unidade escolar. Emitir documentos da vida escolar do estudante. Gerenciar, articulado com a direção da escola, as solicitações de dados escolares advindas de órgãos públicos e outras instituições. Contribuir para a cultura de sucesso escolar. Contribuir para o cumprimento do currículo escolar a partir da realidade do aluno, integrando o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e valores. Capacitar profissionais para a manutenção dos dados e registros essenciais a organização da escola como parte integrante de um sistema de ensino. Atender a todos com presteza, dedicação e respeito. Colaborar com o trabalho do professor e da equipe gestora. Apoiar a equipe gestora, participando de todas as ações da instituição e contribuindo para o bom andamento do trabalho desenvolvido.

Ações: Sanar as dificuldades existentes no âmbito da secretaria (objetivo). Atender de maneira clara e objetivo de forma que a comunidade entenda as necessidades da escola. Zelar pelos documentos dos alunos, mantendo-os atualizados e organizados. Atender ao corpo Docente, Discente e Técnico-Administrativo, prestando-lhes informações e esclarecimentos relativos à escrituração escolar e à legislação do ensino.

Avaliação: Equipe Gestora e demais servidores da escola. Auto avaliação, conselho escolar e avaliação institucional.

- **Conservação e Limpeza (REAL)**

Objetivos: Manter e conservar os espaços da unidade escolar, bloco administrativo, os banheiros limpos, as salas de aula, sala dos professores, pátio da escola, quadra esportiva, parquinho etc., proporcionando um ambiente acolhedor para que a aprendizagem dos alunos e o trabalho dos professores ocorram da melhor forma. Contribuir para a formação integral dos alunos. Zelar pelas relações interpessoais entre alunos, professores e pais. Apoiar com a melhoria do trabalho da instituição escolar, com sugestões e ações para um ambiente harmonioso entre os profissionais.

Ações: Fazer a limpeza dos espaços da escola pelo menos três (3) vezes ao dia. Manter uma relação de ética e respeito com os alunos, professores e pais. Manter os produtos de limpeza longe do alcance das crianças. Participar dos momentos de eventos e festividades da escola.



Avaliação: Equipe Gestora e demais servidores da escola. Auto avaliação, conselho escolar e avaliação institucional.

- **Cozinha (G & E)**

Objetivos: Preparar o cardápio seguindo as orientações estabelecidas da melhor maneira possível. Usar a criatividade, procurando tornar a merenda saborosa e nutritiva. Tratar com delicadeza as crianças. Observar os aspectos dos alimentos antes e depois de sua preparação, quanto ao cheiro, cor e sabor. Servir o lanche no horário. Manter os padrões de higiene estabelecidos pela SEEDF nas dependências de armazenamento, cantina, preparo e distribuição da merenda.

Ações: Manter a cozinha limpa e arejada. Manipular os alimentos com cuidado, usando luvas, máscara, toca e avental. Trabalhar sempre uniformizado e limpo. Lavar os utensílios de distribuição antes e depois de usá-los.

Avaliação: Equipe Gestora e demais servidores da escola. Auto avaliação, conselho escolar e avaliação institucional.

17. Estratégias específicas

- **Redução do abandono, evasão e reprovação**

Como regulamentado no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, o Profissional de Orientação Educacional possui responsabilidade quanto o acompanhamento da frequência escolar de estudantes, tendo como escopo evitar a evasão/abandono escolar. Neste sentido, cabe à equipe docente comunicar, ao Serviço de Orientação Educacional, casos de ausências/faltas recorrentes sem as devidas justificativas. A partir daí, considerando suas atribuições, deve o Profissional de Orientação Educacional, adotar as medidas previstas no inciso XXV, do Art. 128, do Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, em conjunto com a equipe gestora da unidade escolar, visando garantir a permanência e o êxito escolar desses estudantes, identificando sua realidade e intervindo a partir das dificuldades encontradas.

- **Recomposição das aprendizagens**

A Recomposição das aprendizagens trata-se da ênfase na assessoria e acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, perpassando pelo Currículo em Movimento em consonância com a realidade em que nossos alunos evidenciam no presente. A recomposição de aprendizagens é o conjunto de estratégias



que visam garantir as aprendizagens comprometidas pelo período de distanciamento social, tendo como foco a redução das desigualdades educacionais e o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências adequadas a cada etapa. A recomposição das aprendizagens deve ser diversificada e contemplar diferentes metodologias e estratégias de ensino, de forma a atender às necessidades e características dos alunos. As principais formas de intervenção pedagógica se dão por meio de reforço escolar em turno contrário, atividades com adequação curricular, revisão de conteúdo, exercícios contínuos de fixação, a adoção de novas estratégias para explanação de conteúdo e projetos dinâmicos e lúdicos que envolvam os alunos desde a construção até a finalização. É importante que haja uma integração entre as disciplinas, promovendo a interdisciplinaridade e o desenvolvimento de habilidades e competências transversais. Além disso, é fundamental que as atividades estejam alinhadas aos objetivos educacionais e sejam avaliadas de forma criteriosa, visando o aprimoramento contínuo do processo de ensino-aprendizagem.

- **Desenvolvimento da Cultura de Paz**

A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, para um convívio respeitoso entre pessoas diversas em suas cores, etnias, gêneros, orientação sexual, idades, condições socioeconômicas e religiosidades. Portanto, é capaz de contribuir para a garantia dos direitos humanos, no sentido de evitar as manifestações da violência e fomentar a construção da cultura da paz. Ressalta-se ainda que a educação se dê para além do ambiente escolar, sendo composta pelo tempo e contexto em que as aprendizagens acontecem em espaços formais e não formais de educação e a partir da interação de diferentes sujeitos sociais. Dessa forma, é preciso respeitar, ouvir e valorizar a diversidade de participantes que constroem esse espaço, na perspectiva de atuação conjunta dos agentes da rede de proteção na intenção de restabelecer “os valores e a segurança necessários para um ambiente educacional saudável, no qual a justiça, a igualdade, o respeito, a solidariedade e a consideração entre as pessoas prevalecem” (BRASIL, 2013, p.12-13).

Pensando nisso, toda a unidade escolar vem realizando ações com o objetivo de incentivar a cultura de paz diariamente por meio de rodas de conversa, diálogo, acolhida aos estudantes e as famílias, músicas, histórias, brincadeiras, dinâmicas em grupo, onde são tratados assuntos de não violência, respeito, colaboração, amizade, tolerância, diversidade, entre outros, com o objetivo de conscientizar os estudantes acerca das temáticas citadas.



18. Processo de Implementação do PPP

- **Gestão Pedagógica**

Objetivos Prioritários: Estimular o desenvolvimento de práticas de gestão democrática e de organização do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar; Incentivar os gestores a refletirem sobre a gestão democrática e a desenvolver práticas colegiadas de gestão no ambiente escolar que favoreçam a formação cidadão do estudante; Desenvolver uma compreensão pedagógica de gestão escolar, situada nos contextos micro e macro da escola, superando as concepções fragmentadas do processo educacional e contemplando as dimensões da construção e formação como objeto do trabalho pedagógico.

Metas: Buscar programar ações que objetivam a qualidade do processo de ensino e aprendizagem; promover a participação dos sujeitos que formam a comunidade escolar.

Estratégias: Envolvimento dos professores e toda a comunidade escolar; O bem-estar dos alunos dentro do ambiente escolar; Foco no diálogo e investimento na capacitação dos docentes; Estudo das Diretrizes Pedagógicas e análises de resultados; Estabelecimento de metas relacionadas ao aprendizado e ao desempenho dos alunos.

Avaliação: Avaliação Formativa; Participação efetiva das famílias e estudantes; Acompanhamento dos índices das avaliações de larga escala, com vistas às intervenções a serem feitas a partir delas.

Cronograma: No decorrer de todo o ano letivo.

- **Gestão de Resultados Educacionais**

Objetivos Prioritários: Garantir um ensino/aprendizagem de qualidade, norteadas na busca da formação integral do aluno e o equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais; Debater indicadores escolares de rendimento, evasão e repetência e propor estratégias que assegurem aprendizagem significativa para todos; Criar condições para o desenvolvimento global do educando, promovendo atividades que visam melhorar o rendimento cognitivo do aluno; Avaliar o aluno como um todo, respeitando a diversidade na aprendizagem.



Metas: Discussão e execução de estratégias que assegurem a aprendizagem significativa para todos, com vistas ao melhor rendimento e a conseqüentemente, redução da evasão e repetência escolar; viabilizar condições para garantir o desenvolvimento, aplicação e avaliação da Proposta Pedagógica da UE. Assegurar que os docentes participem ativamente das formações em serviço conforme prevê a legislação vigente; Participação efetiva da família.

Estratégias: Oportunizar, através das coordenações coletivas a troca de conhecimentos, ora adquiridos nas formações em serviço, ora de experiências cotidianas para que se traduzam efetivamente em contribuição para a prática pedagógica em sala de aula e a melhoria da aprendizagem com ênfase no sucesso do aluno; Desenvolver ações que visem e garantam a plena inclusão, igualdade e desenvolvimento de todos os alunos; Aquisição e manutenção dos recursos materiais pedagógicos/ administrativos que auxiliam na prática pedagógica, visando a melhoria na aprendizagem dos alunos; Execução de projetos (em grupos e/ou individual); reagrupamentos, atendimentos individualizados e diversificados, assim como oferecimento de aulas de reforço no turno contrário, ao que o aluno está em sala, todos visando uma melhor aprendizagem e que esta seja significativa; Realização de reuniões com as famílias para tratar do rendimento dos alunos, bem como das faltas, comportamento e escolarização.

Avaliação: Acompanhar o Rendimento Escolar dos alunos, com vistas às intervenções a serem feitas; acompanhar sistematicamente a frequência dos alunos; Participação efetiva das famílias; Acompanhamento dos índices das avaliações de larga escala, com vistas às intervenções a serem feitas a partir delas. Nas coordenações coletivas, Conselhos de Classe, bimestralmente e anualmente - entende-se que o processo avaliativo se dá a todo o momento e que, por isso, novos encaminhamentos/ ações podem ser tomados a partir daí, com vistas, sempre, o melhor aproveitamento pedagógico do aluno.

Cronograma: No decorrer de todo o ano letivo.

- **Gestão Participativa**

Objetivos Prioritários: Participação da comunidade no acompanhamento e na garantia dos serviços prestados e aos resultados obtidos; Participação efetiva do Conselho Escolar; Garantir a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da Unidade Escolar nos limites permitidos pela legislação escolar vigente aplicável e a ser exercida por meio do Conselho Escolar, que terá caráter deliberativo;



Investir no trabalho coletivo e no tratamento igualitário a todos; Desenvolver ações tais como: palestras, parcerias, atividades socioculturais, campanhas, encontros, jogos, etc., que incentivem e aproximem a comunidade escolar da escola, criando assim, o vínculo de pertencimento; Buscar parcerias com outros órgãos de apoio à família e a escola como: CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Batalhão Escolar, Promotoria Pública e outros como meio para fortalecer e intensificar as ações educativas; Tornar o espaço escolar atrativo e elucidado para os alunos, professores, servidores e comunidade.

Metas: Assegurar o poder deliberativo do Conselho Escolar; Realização de uma gestão comprometida com a qualidade da escola pública; promover mais intensamente a aproximação da família, fortalecendo assim, o seu vínculo participativo na escola; Democratização das relações pedagógicas e de trabalho.

Estratégias: Participação efetivo Conselho Escolar; Proporcionar a construção ou revisão e atualização da Proposta Pedagógica da Unidade Escolar coletivamente, com vistas ao contexto socioeconômico e cultural no qual a escola está inserida; Garantir a autonomia pedagógica da Unidade Escolar nos limites permitidos pela legislação escolar vigente aplicável e a ser exercida por meio do Conselho Escolar, que terá caráter deliberativo; Garantir o respeito à pluralidade e à diversidade cultural e aos direitos humanos. Identificar fatores que estão dificultando o relacionamento da escola com a comunidade; Buscar estratégias para uma maior participação da comunidade no cotidiano escolar, no acompanhamento e na avaliação das ações pedagógicas; Participação da comunidade na definição e na implementação de decisões pedagógicas, por meio do Conselho Escolar; Propor medidas que incentivem e auxiliem a participação da comunidade escolar, tais como: palestras, parcerias, atividades socioculturais, campanhas, encontros, jogos, etc.; Promover ações que permitam maior interação entre todos os segmentos da escola.

Avaliação: Através da Avaliação Institucional. Promover, anualmente, a avaliação da Unidade Escolar nos seus aspectos: pedagógico, administrativo e financeiro.

Cronograma: No decorrer de todo o ano letivo.

- **Gestão de Pessoas**

Objetivos Prioritários: Desenvolver, diariamente, no grupo o espírito de cooperação, de solidariedade, de respeito ao outro, exigindo para si o mesmo respeito; Promover o bom relacionamento interpessoal entre os funcionários; Promover ações que permitam maior interação entre todos os segmentos da escola;



Viabilizar o cumprimento das normas disciplinares da escola; Valorização do profissional da educação; Investir no trabalho coletivo e no tratamento igualitário a todos; Elaborar um instrumento de conduta (direitos e deveres) de acordo com as especificidades da Instituição, embasando no Regimento Escolar e Estatuto da Criança e Adolescente e elaborar um instrumento que identifique os direitos e os deveres dos alunos e de toda a comunidade escolar, assegurando o seu fiel cumprimento.

Metas: Atender a todos os servidores em suas necessidades e observar critérios legais pertinentes a cada segmento.

Estratégias: Manter atualizados os dados funcionais e pessoais; orientar quanto a férias, recessos, abonos e requerimentos gerais; cumprir prazos para entrega de documentos.

Avaliação: Análise de resultados por meio da avaliação institucional.

Cronograma: No decorrer de todo ano letivo.

- **Gestão Financeira**

Objetivos Prioritários: Assegurar, em conjunto com os demais responsáveis, que a gestão financeira ocorra de forma participativa e transparente; Articular, juntamente com toda a comunidade escolar, através de sua representação no Conselho Escolar, a aplicabilidade dos recursos financeiros; Participação da comunidade na execução e prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e arrecadados pela Unidade Escolar; Garantir a autonomia financeira da Unidade Escolar, nos limites permitidos pela legislação escolar vigente aplicável e a ser exercida por meio do Conselho Escolar, que terá caráter deliberativo.

Metas: Utilizar a totalidade dos recursos financeiros, de acordo com as necessidades pedagógicas, administrativas e da legislação; garantir a lisura e a transparência na utilização e regular prestação de contas dos recursos oriundos da descentralização financeira, bem como daqueles arrecadados pela própria escola; promover, anualmente, a avaliação da Unidade Escolar, no aspecto financeiro.

Estratégias: Convocar todos os funcionários e o Conselho Escolar para deliberar e acompanhar a utilização dos recursos financeiros; discutir e identificar com a comunidade escolar, as necessidades da escola; Divulgar periódica e sistematicamente, informações referentes ao uso dos recursos financeiros. Aplicar, de maneira eficiente e eficaz, os recursos financeiros destinados à unidade escolar, garantindo



o bom funcionamento de suas atividades; promover a Avaliação Institucional da escola, com a participação efetiva de todos os segmentos.

Avaliação: Acompanhamento por meio de análise dos resultados e da supervisão de controle; supervisão pela comunidade escolar; promover anualmente a avaliação da Unidade Escolar no aspecto financeiro; Através da análise dos resultados da Avaliação Institucional.

Cronograma: No decorrer de todo ano letivo.

- **Gestão Administrativa**

Objetivos Prioritários: Garantir a estrutura física adequada para o bom funcionamento da escola; Aquisição e manutenção dos recursos materiais que auxiliam nas práticas pedagógicas e administrativas; Viabilizar o cumprimento das normas disciplinares da escola; Elaborar um instrumento de conduta (direitos e deveres) de acordo com as especificidades da Instituição, embasando no Regimento Escolar e Estatuto da Criança e Adolescente e elaborar um instrumento que identifique os direitos e os deveres dos alunos e de toda a comunidade escolar, assegurando o seu fiel cumprimento.

Metas: Atender a todos os servidores em suas necessidades e observar critérios legais pertinentes a cada segmento; Melhoria e manutenção da estrutura física da escola.

Estratégias: Manter atualizados os dados funcionais e pessoais; orientar quanto a férias, recessos, abonos e requerimentos gerais; cumprir prazos para entrega de documentos; Preservação do patrimônio público.

Avaliação: Análise de resultados, por meio da avaliação institucional; promover anualmente, a avaliação da unidade escolar no aspecto administrativo.

Cronograma: No decorrer de todo ano letivo.

19. Processo de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação da Implementação do PPP

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico pressupõem reflexão com base em dados “[...] concretos sobre como a escola organiza-se para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico” (VEIGA, 1996, p. 32). Esse processo pressupõe a avaliação da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Para garantir sua consecução deve ser explicitada a



periodicidade em que ocorrerão as avaliações, bem como os procedimentos/instrumentos que serão utilizados para avaliar (fichas, questionários, encontros, assembleias, reuniões, etc.). Lembramos que há dias para avaliação do trabalho da escola com a comunidade, previstos em Calendário Escolar da SEEDF, a cada ano letivo. O acompanhamento e a avaliação da implementação do Projeto indicarão aspectos que precisam ser revistos, reorganizados e os que merecem ser potencializados. Este consiste na observação sistemática das ações propostas no PPP. É fundamental registrar aspectos observados no desenvolvimento das ações e projetos para serem discutidos coletivamente em momentos, como os destinados à avaliação institucional.

Na Avaliação a apreciação dos resultados parciais e finais do PPP, confrontando-os com os objetivos e ações definidas. Implica a análise das causas do sucesso ou insucesso do trabalho pedagógico para sua reorganização. A periodicidade da avaliação deve ser definida pelo grupo e registrada. A implementação do PPP será avaliada no início e término do ano letivo, ao final de cada bimestre ou semestre. Lembramos que a avaliação é constante e que as datas ou períodos sugerem um marco temporal; contudo, nas Coordenações Pedagógicas, nas reuniões ordinárias do Conselho de Classe, do Conselho Escolar e na avaliação institucional/dia letivo temático são oportunizados tempos, espaços, momentos e dados que servem para essa avaliação.



20. Referências

- (Coleção Docência em Formação) _____. **O sistema de organização e gestão da escola** In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola - teoria e prática. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001.
- AMARO, Deigles Giacomelli. Desenvolvimento, aprendizagem e avaliação na perspectiva de diversidade. In: GALERY, Augusto (org.). Educação para todos e para cada um. São Paulo: Summus Editorial, pg.42.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009b.
- BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Brasília, 2009a.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília:** Senado Federal, 1996. _____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. GASPARIN, João Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico crítica. Campinas: Autores Associados, 2007.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA J. F.; TOSCHI M. S.; **Educação escolar: políticas estrutura e organização.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LUCKESI, Carlos Cipriano. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e criando a prática.** 2 ed. Salvador: Malabares Comunicações e eventos, 2005.
- MARTINS, Jorge Santos. **O trabalho com projetos de pesquisa.** 3. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.** Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos – 2019. http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf



MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre, Artmed: 2003. MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Lei Federal n. ° 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001.
_____. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

PROGRAMA SUPERAÇÃO – <https://padlet.com/desempenhoef/encontros-formativos-programa-supera-o-hn>

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental Anos Iniciais**. Brasília, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. **Diretrizes Pedagógicas para Organização Curricular do 2º Ciclo: Ensino Fundamental Anos Iniciais**. Brasília, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF. **Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal**. Brasília, 2019.



21. Apêndices

1.1 Projetos específicos da unidade escolar

- **Projeto de Leitura: Ler e Escrever que prazer**

O Projeto de Leitura: Ler e Escrever que prazer tem o propósito de motivar os alunos nesse processo, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos, que adquiram competência para opinar e expressar suas ideias, obtendo melhor interação na sociedade. O ato de ler tem grande importância e deve ser apresentado desde a infância; a leitura contribui na formação, no desenvolvimento de comportamentos e capacidades de perceber e assimilar o universo da escrita, melhorando seu conhecimento e superando as dificuldades na própria vida.

- **Objetivos:** Construir o hábito de ouvir histórias e sentir prazer nas situações que envolvem leitura de história; realizar leituras orais e silenciosas de histórias; interpretar histórias lidas; facilitar o acesso do aluno aos diferentes portadores de textos.
- **Desenvolvimento:** A Direção da escola fornece uma pasta sanfonada para cada turma em que os professores confeccionam a arte ou temática de sua escolha ou da preferência dos seus alunos. A abertura do projeto acontece coletivamente com todos os alunos no pátio ou quadra da escola, em que um convidado se apresenta para a contação da história. Após este momento toda quarta-feira as nossas orientadoras educacionais se caracterizam de personagens das histórias infantis e entregam a sacola literária para a turma com um livro escolhido pelo professor.
- **Execução:** Todas as sextas-feiras escolhe-se um estudante para levar a maleta com um caderno de registros de acompanhamento e na segunda-feira o estudante expõe a sua experiência na leitura deleite. Na última quinta-feira de cada mês, há um momento de contação de história coletivo e com caracterização de personagens infantil e juvenil.
- **Recursos:** Maleta da Leitura, livros e textos de diversos gêneros, recurso permanente de oralidade e interpretação de texto (POLAS – personagem, objetos, lugar, ação e sentimento. Mãozinha da leitura: O que? Qual? Onde? Como? Por quê?).
- **Públicos alvo:** Ed. Infantil, Classe Especial e Anos Iniciais.
- **Avaliação:** Participação dos estudantes, professores e equipe de apoio.
- **Período:** Início do mês de abril/ término: mês de dezembro.



- **Projeto: Hora Cívica**

O homem cívico é aquele que, consciente e voluntariamente cumpre seus deveres e zela pela integridade de seus direitos. Para tanto, faz-se necessário promover entre o educando situações que favoreçam atitudes de cooperação, participação, responsabilidade e companheirismo, levando-os ao pleno desenvolvimento da cidadania. A hora cívica será um momento de reflexão e participação, oportunizando a todos expressar ideias, sentimentos, adotando atitudes que visam resgatar valores como o respeito e a tolerância.

- **Objetivos:** Ressaltar que a canção que representa uma nação, como o Hino Nacional do Brasil, exalta fatos acontecidos, simboliza todas as lutas por ela passadas, carrega a identidade de um povo e a grande responsabilidade de ser o porta-voz da Nação brasileira para o restante do mundo. Desenvolver o senso do patriotismo. Os símbolos nacionais são importantes para a união nacional, o estabelecimento de soberania e a identificação de um país em eventos ou cerimônias internacionais. Os povos de um país se identificam por meio desses símbolos.
- **Desenvolvimento:** Após a entrada dos estudantes até a tolerância permitida do atraso. Encaminham-se para a sala de aula e o professor organiza-os em fila do lado externo. Colocam-se virados para as bandeiras em posição de respeito para ouvir e cantar o Hino Nacional.
- **Execução:** Todas as segundas-feiras. Horários: manhã: 7h45/ tarde: 13h15.
- **Recursos:** Bandeira do Brasil, Bandeira do Distrito Federal e o Hino Nacional.
- **Públicos alvo:** Ed. Infantil, Classe Especial e Anos Iniciais.
- **Avaliação:** Participação dos estudantes, professores, equipe gestora e de apoio.
- **Período:** Início do mês de março/ término: mês de dezembro.

- **Projeto cultural das tradições das festas juninas**

A escola tem um papel importante na valorização das tradições. Junho é o mês de São João, Santo Antônio e São Pedro. As festas que acontecem durante todo o mês são chamadas de “festa joanina”, especialmente em homenagem a São João. O nome “joanina” teve origem, segundo alguns historiadores, nos países europeus católicos no século IV. Quando chegou ao Brasil foi modificada para “junina”. Trazida pelos portugueses, logo foi incorporada aos costumes dos povos indígenas e negros. A influência brasileira na tradição da festa pode ser percebida na alimentação (quando foram introduzidos o aipim



(mandioca), milho, jenipapo e o leite de coco) e também nos costumes (como o forró, o boi-bumbá, a quadrilha e o tambor de crioula). Mas, não foi somente a influência brasileira que permaneceu nas comemorações juninas. Os franceses, por exemplo, acrescentaram à quadrilha, passos e marcações inspirados na dança da nobreza europeia. Os fogos de artifícios, que tanto embelezam a festa, foram trazidos pelos chineses e a dança de fitas, bastante comum no sul do Brasil, é originária de Portugal e da Espanha. Os educadores devem ver essa data como uma excelente oportunidade de engajar diversas atividades interdisciplinares e ampliar o universo linguístico, por meio das temáticas, brincadeiras, culinárias típicas e outros.

- **Objetivos:** Conhecer as características da festa junina valorizando e demonstrando atitudes de respeito ao trabalho e ao homem do campo. Incentivando o trabalho cooperativo, proporcionando a participação das crianças em diversas brincadeiras levando-os a conhecer os costumes e tradições dessa festa tão popular no Brasil. Desenvolver ações efetivas de cidadania, reconhecendo possibilidades de intervenção na sociedade tendo como meio as festividades que ocorrem no Brasil durante o mês de junho. Valorizar as diferenças culturais do Brasil.
- **Desenvolvimento:** A Direção junto à equipe pedagógica, corpo docentes e demais colaboradores da unidade escolar em reuniões organizam a culminância que envolve o planejamento das atividades, sequência didática com a temática, gincanas, concurso do Rei ou Rainha da Pipoca, rifas, ensaios para as apresentações, montagem e divisão de barracas, comidas típicas, vestimentas e caracterização, ornamentação do ambiente escolar e participação das famílias. O presente Projeto apresenta uma proposta enriquecedora, planejada de forma interdisciplinar que deverá ser trabalhada buscando a valorização da cultura dentro da Escola através do estudo da Festa Junina e sua contribuição na culinária, danças, música e manifestações folclóricas.
- **Execução:** Segundo sábado do mês de julho.
- **Recursos:** Aparelho de som, papéis diversos, emborrachados, cola, tesoura, isopor, caixa de papelão, giz de cera, tinta guache, pinceis, atividades xerocopiadas, TNT, cartazes, jornais, revistas, livros literários, livros didáticos, entre outros.
- **Públicos alvo:** Toda a comunidade escolar.



- Avaliação: Por meio de conversas, diálogo, participação de todos nas atividades propostas dentro do conteúdo ministrado. Participação dos estudantes, familiares, professores, equipe gestora e de apoio.
- Período: Início do mês de junho/ término: mês de julho.

• Projeto de Transição

O Projeto de Transição parte da premissa de que é preciso minimizar os impactos pedagógicos que ocorrem no processo de transição dos estudantes, a ampliação do tempo e garantindo a permanência no ambiente escolar. Constitui-se uma intencionalidade voltada para o apoio aos estudantes, uma “ponte” entre a família, escola de origem e escola sequencial, muito necessária ao sucesso educacional. A culminância do Projeto de Transição encerra-se com a formatura. Este é um momento de comemoração, mas também de reflexão, de reconhecimento e de preparação para novos compromissos, missões e desafios. É um rito que, muito além de nossos interesses pessoais, deve focar nossa consciência de coletividade e interdependência.

- Objetivos: Reconhecer as diversas possibilidades de aprender; respeitar as diversas transições dos estudantes em níveis físico, emocional, cognitivo e social; intervir nas dificuldades de adaptação dos estudantes na transição entre etapas e entre os anos/as séries/os períodos/ os segmentos de cada etapa/ modalidade.
- Desenvolvimento: O Projeto de Transição ocorre durante o 2º semestre em articulação com os professores, coordenadores pedagógicos, equipe de apoio, gestão e escolas sequenciais. Os professores criam rotinas, grades horárias, adequações curriculares, reunião com os pais e encontros com os 5º anos na escola sequencial. Os Pais ou responsáveis dos estudantes formandos são convidados para uma reunião de apresentação da proposta de formatura da empresa escolhida pela Direção da escola. Nessa reunião definimos o valor a ser pago, os passeios, a confecção de camiseta, fotos, lembrancinhas entre outros.
- Execução: 2º semestre.
- Recursos: adequação curricular, beca, arrecadações, aparelhos sonoros, entre outros.
- Públicos alvo: 2º períodos da Ed. Infantil e os 5º anos.
- Avaliação: Participação dos estudantes, famílias, professores, equipe gestora e de apoio.
- Período: Início do mês de agosto/ término: mês de dezembro.



- **Projeto Círculo Formativo (UNB) – Formação Continuada**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: POLÍTICAS, CONCEPÇÕES, PROJETOS E PROFISSIONALIDADE.

Departamento: PAD Área: Políticas Públicas, Gestão e Avaliação.

Professoras coordenadoras: Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da Silva, Ana Sheila Fernandes Costa, Shirleide Pereira da Silva Cruz.

Horário: Terça-feira – 18h00 às 20h30. Tempo que o aluno precisa disponibilizar: 06 horas semanais.

Local que se desenvolvem as ações de extensão: Faculdade de Educação e EC 831 de Samambaia Norte.

Descrição: Projeto guarda-chuva do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPE), de ação permanente que integra os três eixos: políticas, concepções e profissionalização. Desenvolve estudos e ações de extensão sistemáticos acerca da formação e atuação dos professores, envolvendo a investigação das múltiplas determinações e contradições na implementação das políticas de formação e valorização, no processo do desenvolvimento docente e no exercício da profissão. Visa analisar e compreender perspectivas epistemológicas para a formação de professores, a constituição, viabilização e implementação de políticas, as concepções que permeiam as propostas de formação, bem como, os processos e práticas dos profissionais docentes, especialmente, os pedagogos. No conjunto de seus estudos, aborda as temáticas: identidade, trabalho docente, profissionalização, políticas públicas, gênero, formação de professores, função docente, formação continuada. As investigações são realizadas tendo como base uma abordagem sócio-histórico dialética, a partir da qual vêm produzindo conhecimentos significativos.

Metodologia de trabalho:

- 1- Reuniões quinzenas às terças-feiras das 18h30 às 20h30.
- 2- Estudos teóricos das temáticas de ação de pesquisa e extensão.
- 3- Participação na elaboração, desenvolvimento e análise do projeto de extensão.
- 4- Participação no grupo GEPFAPE e suas ações.



Atividades: 1- Reuniões quinzenais de planejamento da extensão e estudo: Formação teórico-prática a partir da integração dos estudos a serem desenvolvidos nos Círculos Formativos com o percurso formativo dos estudantes de pedagogia desenvolvido por meio dos componentes curriculares Projeto 3 (Fases 1, 2 e 3). Estudo das temáticas sugeridas pelos professores.

2- Círculos formativos: Encontros mensais (Grupo de extensão) – horário e dia a definir com a Gestão Escolar com discussões das temáticas apontadas pelos professores.

- **Projeto Atividades Extras Curriculares**

As Atividades extraclases são realizadas fora do ambiente escolar, mas que fazem parte do currículo escolar e são orientadas pelos professores, equipe pedagógica, equipe gestora e demais agente escolar. Essas atividades podem ser realizadas em locais como cinemas, museus, teatros, exposições, empresas, laboratórios, entre outros. Essas atividades podem ser educativas, culturais ou esportivas e têm como principal objetivo o complemento do trabalho realizado em aula. Elas oferecem ao aluno a possibilidade de vivenciar, na prática, muitos conceitos apresentados em classe, melhorando o seu desempenho de forma geral. Além das atividades extraclases, a EC 831 proporciona vivências aos estudantes de atividades internas como apresentações e culminâncias dos projetos, o Circo vai à escola, contação de histórias e valoriza o brincar, pois melhora o bem-estar cognitivo, físico, social e emocional de crianças e jovens. Através das brincadeiras, as crianças aprendem sobre o mundo e sobre si mesmas. Eles também aprendem habilidades de que precisam para estudar, trabalhar e se relacionar.

1.2 Atendimento aos estudantes com deficiências e/ ou TEA, matriculados na Classe Especial

A elaboração do Plano de Educacional Individualizado (PEI) está sendo implementado na unidade escolar, deve ser compreendido como um processo de compreensão de interesses, necessidades e caminhos possíveis, como referências (que podem ser alteradas e/ou ampliadas no decorrer do tempo) para a remoção de barreiras e a criação de acessibilidade no percurso educacional de estudantes público-alvo da educação especial. A colaboração é essencial para desenvolver o PEI, começando por construir uma relação de vínculo com a criança. Apesar de o plano ser responsabilidade dos professores, a troca de informações com os gestores, profissionais da escola, familiares e outras pessoas envolvidas é uma estratégia adotada para que, juntos, compreendam melhor as principais características, necessidades, interesses e potencialidades do estudante. A resolução nº 4 de 2009, que institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica (BRASIL, 2009), no seu artigo 2º, diz que:



“O Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”. Assim, o Plano Educacional Individualizado deve ter como função traçar caminhos para que sejam minimizadas e/ou eliminadas as barreiras aos estudantes com deficiência. Ou seja, para que seja viabilizada a participação de todos no processo educacional e que aprendam em um contexto que considere as especificidades de cada sujeito. Para isso, quando necessário, que disponibilizem serviços, recursos acessíveis e estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso aos processos de aprendizagem e ao currículo. A sugestão é ter como ponto de atenção roteiros de PEIs em que haja inúmeros itens a serem preenchidos, com uma primeira intenção de detalhamento das informações para conhecer melhor o estudante e, a partir daí, estabelecer as “intervenções necessárias”. No seu conjunto, os roteiros acabam sendo um inventário que localiza no próprio sujeito o que precisa ser trabalhado considerando as habilidades cognitivas, motoras, da vida diária, da vida acadêmica, da vida social e, ainda, de forma fragmentada. A recomendação é se perguntar se o plano em elaboração possibilita a compreensão das necessidades e características de cada estudante, verificando quais barreiras precisam ser transpostas no meio educacional. Além de identificar quais recursos, serviços e estratégias devem estar à disposição e/ou serem criadas. Para romper barreiras, oferecer acessibilidade e aprender com significado, é fundamental que, na elaboração do PEI, constem questões que levem em consideração, de forma complementar, os olhares e posições dos diferentes sujeitos envolvidos: o próprio estudante para quem o plano está sendo realizado; o professor de AEE; o professor da sala comum; profissionais de apoio; a família; eventuais profissionais da saúde ou outros que tenham informações importantes que auxiliem na indicação de caminhos.